

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ALEX ZARKADAS BRANCO LINDOSO

ANTIFONTE:

ACERCA DA VERDADE, DA NOMOS A PHYSIS.

BRASÍLIA

2011

ALEX ZARKADAS BRANCO LINDOSO

ANTIFONTE:

ACERCA DA VERDADE, DA NÓMOS A PHÝSIS.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado e licenciatura em Filosofia da Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Dr. Gabriele Cornelli.

BRASÍLIA

2011

ALEX ZARKADAS BRANCO LINDOSO

ANTIFONTE:

ACERCA DA VERDADE, DA NÓMOS A PHÝSIS.

Brasília, ____ de _____ de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gabriele Cornelli

Prof. ^a Dr. ^a Loraine Oliveira

Ao meu Pai, que tanto me ajuda, que tanto me ensina, que eu tanto admiro. Ao meu Orientador, que tanto me auxiliou e colaborou. A família, amigos e a Bia, por tanto e tudo.

Pajens de um morto mito,
Tão líricos! Tão sós,
Não têm na voz um grito,
Mal têm a própria voz;
E ignora-os o infinito
Que nos ignora a nós.

(Fernando Pessoa, *Depois da Feira, passim*)

Resumo

Inicia-se esta monografia com uma introdução histórico-crítica à filosofia de Antifonte, perpassando principalmente as recentes publicações que se referem à problemática reavivada da historiografia de Antifonte, especificamente as publicações de Gargarin, Penrick e, no Brasil, a obra de Bellintani.

Problemática esta, caracterizada pela divergência e não pela resolução das teses unitaristas e separatistas do sofista e/ou ateniense do V século helênico Antifonte. Resultado das diversas faces, decorrentes da pluralidade do pensamento deste, ou quiçá, destes, sob a perspectiva dicotômica vislumbrada entre sofista e orador; entre um ideal de oligarquia e um de democracia.

Diante desta ideia, a pesquisa não se deterá no aprofundamento da solução desta divergência histórica, mas sim no valor que esta querela agrega no pensar e interpretar o fragmento *Acerca da Verdade*. Por fim abordam-se as repercussões deste fragmento no pensar a lei como um acordo entre os homens, premissa estipulada na base do discurso.

Abstract

The research begins with a historical and critical introduction to the philosophy of Antiphon, going over the mainly recent publications that refer to issues of historiography revived Antiphon, specifically the publications Gargarin, Penrick and in Brazil, the work of Bellintani

This problem is characterized by divergence rather than resolution of unresolved separatist and unitarian theses, which stem from the various faces arising from the plurality of his thoughts, or perhaps of others, when focused under the duality between sophist and speaker, between the ideals of oligarchy and democracy.

Departing from this idea, the research will not be limited by an attempt to go deeper into a solution to this historical divergence, but will be carried into the significance that this dispute adds to the thinking and interpretation of the fragment *Concerning Truth*. Finally, the paper evaluates the influences of that fragment to the thinking of law as an agreement between men, a premise that is set as the basis for the speech.

Sumário

1. Sofistas?	9
1.1 Problemática	9
1.2 Dourada Atenas do V Século.....	11
1.3 Para dourar Atenas.....	15
1.4 A Sofística Como Antiguidade	17
1.5 A Sofística e a Educação da Cidade	24
2. Antifonte Orador ou Sofista, Oligarca ou Democrata?	31
2.1 Antifonte e os Sofistas.....	31
2.2 Acerca da Verdade	42
2.3 Repercussões e Implicações.....	49
3. Conclusão	57

Sofistas?

1.1 Problemática

O poder e o papel do discurso são e sempre foram vastos. Mesmo que nem sempre nítido, mesmo que questionável, o amplo e imediato acesso aos mais diversos conteúdos de informação, nas suas mais diversas formas significa poder. Problemática que permeia de maneira intrincada e por vezes latente a diversos pensadores nas mais diversas épocas é apenas um dos muitos sinais de sua relevância temática. Quem é o Democrata, quem é o Oligarca? O que é e quem é o Orador e o Sofista? Qual é de fato a importância de um nome e de uma classificação, na ótica do poder e na transformação e viabilização deste através do discurso, da palavra em ação?

Um interessante começo invertido ao foco desta monografia, o qual como proposta da Cátedra UNESCO *Archai*, jamais será acachapada e acorrentada pelo isolado estudo da Antiguidade. Portanto, assim instiga Michel Foucault:

Separação historicamente constituída, com certeza. Porque, ainda nos poetas gregos do século VI, o discurso verdadeiro – no sentido forte e valorizado do termo –, o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua Relação e sua referência. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabelece, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado.¹

Continua Michel Foucault em sua instigante aula inaugural no *Collège de France* ao relatar as consequências e as ingenuidades com o “exotamento” dos sofista e com o anseio ocidental em diminuir e olvidar o papel de certo discurso. Evidencia assim, a tentativa de ocultar o espaço entre o pensamento

¹ FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 15

e a palavra, com sutil ironia Foucault relata a desesperada tentativa de fazer a palavra o imediato reflexo do pensar e do falar, atitude ignorada por alguns de maneira nada ingênua, cúmplices dos efeitos de sentido da língua, do discurso.

Portanto, almeja-se nesta ótica, realizar um estudo essencialmente crítico sobre a Sofística na Antiguidade Clássica, o seu papel e a sua inserção na sociedade grega, o legado deixado, as discussões e problemáticas que por este “movimento” foram introduzidos e principalmente questionar parte da não tão boa receptividade da Sofística no legado acadêmico da Filosofia Antiga, pensando sobretudo na perspectiva de Antifonte e seu discurso *Acerca da Verdade*.

As limitações para este trabalho foram numerosas, a dificuldade do trabalho e da pesquisa são amedrontadoras. Exaurir ou esgotar qualquer tema são palavras fora do vocabulário acadêmico, mas as tamanhas limitações deste autor pretendem ser superadas. Não se trabalhou com o grego e ao máximo se evitou recorrer aos conceitos não tão usuais do idioma, pelo conhecimento muito superficial que o autor tem deste.

1.2 Dourada Atenas do V Século

Assim, com ares renovados e instigados pelos estrangeiros se consolidando em Atenas, o V século helênico se confrontou não só com o poder, mas com suas diversas facetas, possibilidades e perigos subjacentes as suas nuances. A originalidade de tais discussões que criaram contornos e delimitações singulares à época impressiona, principalmente quanto às drásticas viradas políticas e culturais vivenciadas, uma interessante contextualização deste intrincado período é assim proposta pelo professor português José Augusto Graça em obra voltada para o estudo da Sofística e de Antifonte, que como será exposto no subtítulo *Antifonte e Sofística*, tem suas singularidades, sendo assim interessante o relato com lentes direcionadas a vislumbrá-las;

411 representa um ponto intermédio entre datas decisivas: 461, o ano da instauração do regime democrático em Atenas; 404, o ano dos "trinta tiranos", período de todas as manchas e feridas. A linha que une as duas margens é aquela que vai da inocência ao pecado, com uma multiplicidade de perigosas tentações ao longo do percurso. É uma curva demasiado apertada, que conduz a um plano cada vez mais inclinado. É uma ruptura inicial, um primeiro golpe descompressor no desvario grassante na área democrática. Esta operação repetir-se-á em 404, de uma forma ainda mais dolorosa e contundente, sem suturas.

De um ano de terrores, emerge uma democracia tolerada e fragilizada, cuja tarefa inicial consistirá em gerir culpas e pesares. Dobrada sobre si mesma, a Cidade apaga nódoas e miasmas promovendo o exorcizar de todos os fantasmas. Esta psicose purgativa, a busca redundante de um nivelamento apaziguador, promove o aparecimento de outros espectros inoportunos, que o poder político, de novo e em nome de uma ilusória aquietação, encarregar-se-á de silenciar.

Não se trata, contudo, de uma actuação sem precedentes. No período que decorre de 461 a 411, figuras prestigiadas das artes e das letras, são objecto de processos semelhantes. Anaxágoras, Protágoras, Fídias (e até Aspasia), são alvo de sinuosos conluios que, por interposta pessoa, visam, numa primeira fase, desgastar a imagem de Péricles, como referência tutelar da democracia e, em última instância, colocar em causa o próprio regime. Todavia, durante boa parte deste período, estamos numa conjuntura diferente. É uma época de gestão e aprofundamento de glórias recentes, que coincide com o estado de graça da democracia ateniense.²

² GRAÇA, José Augusto. "Antifonte e o Movimento Sofista", Porto: *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, nº 11, 1994. p. 241.

As oscilações do período são diversas, como bem evidencia Graça, as tentações e posições políticas são muitas e explicitamente contrastantes. Os confrontos e polêmicas não se reduzem apenas entre “Filósofos” e Sofistas, mas entre a sociedade Grega como um todo. Muitos cidadãos, muitos estrangeiros em ascensão, dentre eles Poetas, Médicos, Oradores, Homens Públicos, Retores, Estadistas em um conjunto complexo de relações de poder nos seus mais diversos âmbitos de forças e influências ambíguas e diluídas em diversas formas de discursos, relacionamentos, posicionamentos políticos e famílias com os mais diversos alcances de influência.

A busca por uma unidade política é árdua, se tomada a todo custo já não é uma alternativa interessante, mas os custos continuam sendo pagos e altos. Muitos passam a não ser bem vindos, diversos se exilaram, incontáveis silenciaram e muitas vidas custaram. Contudo, estranhamente, apenas poucas mortes foram emblemáticas e lembradas em contraste a tantos ideais sacrificados por conluíus, como sublinha o professor Graça. Conluíus muito bem articulados, mirando vítimas certas, almejando desgastes específicos.

Assim, continua o professor português de maneira coesa, mas instigante, um relato sobre certos esquecidos relatos de uma Atenas de Ouro, ao menos não tão repetidos relatos. Voltado a uma espécie de introdução e vislumbrando uma contextualização ao pensamento e inserção de Antifonte neste furor, cita José Augusto Graça;

A Péricles pertence a tarefa de trabalhar e aprofundar a reforma democrática de Clístenes. A sua actuação política caracteriza-se pela necessidade de incrementar modelos de desenvolvimento e modernização da cidade em todos os quadrantes, a todos os níveis. Na consecução desses objectivos, tem de capitalizar, com inteligência e eficácia, os lucros decorrentes da solidariedade, anteriormente, expressa, às cidades gregas da Ásia Menor. O resultado desta política salda-se pela eclosão inevitável de uma dupla conjuntura, antagónica e dilacerante, onde os valores da liberdade e autonomia não coincidem com prepotência e sujeição.

A esta distância, não deixam de ser motivo de espanto e admiração, os níveis de prosperidade e desenvolvimento atingidos

por Atenas sob a égide do partido democrático, tal como a profunda extensão da democracia.³

O constar da inevitável polaridade de conjunturas necessariamente antagônicas, não parece distante de contemporâneas nações bipartidas em extremos. Não há que se voltar 2500 anos para perceber o confronto de autonomias que se deparam com prepotências e incansáveis tentativas de sujeição e cerceamento de liberdades. Elenca o professor português aspectos que corroboram para vislumbrar e contextualizar a realidade passada:

Vejamos, entre outros, alguns aspectos significativos:

- a) a possibilidade dada a todos os cidadãos de participarem na condução dos negócios políticos, através de uma intervenção activa tanto na Assembléia dos 500, como na Assembleia Popular;
- b) a instituição de uma remuneração a todos aqueles que eram eleitos para o exercício de um cargo público (*misthophoria*);
- c) a importância cada vez maior dos tribunais populares no julgamento dos processos, com a correspondente remuneração aos que aí exerciam a sua actividade, através da instituição do *misthos heliastikos*;
- d) a criação de um subsídio para os indigentes, que lhes assegura a presença nas representações teatrais;
- e) a redacção de um estatuto que assegura uma boa protecção aos estrangeiros residentes;
- f) a progressiva *humanização* da escravatura, que vai permitindo a liberdade a alguns escravos.⁴

Conjunto estes de fatos que ajudam a explicar antes de algum porque o “como” da tão reverencia e polémica Atenas do V século. Sufrágios diversos, superficiais ou não, alcançavam não só o usual político participativo e indireto do termo, mas adentrava em diretas possibilidades culturais e até jurídicas. Saudosistas ou contundentes críticos é ponto de passagem para pensadores contemporâneos quanto mais para estrangeiros da época. Felizardos ou infelizes

³ Ibidem. p. 242.

⁴ Ibidem. p. 242.

contemporâneos de Sócrates, aonde mais do que viveram, depositaram suas vidas pelos anseios e tentativas da melhor vida possível. Experimentaram o por vezes inviável, mas também perseguiram o acomodado na sociedade, sabendo que acertos e os erros são inerentes apenas aos que tentaram.

1.3 Para dourar Atenas

Por mais romantizado que pareça o anterior relato e as passagens transcritas do professor José Augusto, não há como negar a ebulição cultural vivida pelos atenienses, momento este que certamente envolvia e motivava cada cidadão, dava “esperança” a escravos e impressionava estrangeiros, todo os quais, logicamente, queriam compartilhar tamanhas “graças”. Esta ebulição cultural era resultado não só de uma grande estrutura física, advinda de uma grande prosperidade financeira, mas certamente de um suporte intelectual fomentado ao longo de anos.

Tanto para o suporte estrutural como para o intelectual, foi preciso de abundante mão de obra para mais do desenvolver e fomentar, para produzir. Pensar que apenas escravos trabalharam e dedicaram integralmente suas vidas para tal desenvolvimento é um erro, cidadãos gregos, estrangeiros, aristocratas e mulheres também o fizeram. Assim como, em contraparte, pensar que o desenvolvimento intelectual foi produto do ócio dos aclamados filósofos recebidos pela tradição é um erro. Seria em ambos os casos como falar apenas da ponta de um grande *iceberg*, mas que ao contrário de tal analogia, a ponta não é necessariamente o cume ou sequer o ápice desta enorme montanha submersa, cheia de fissuras e cavernas, na qual diversos ao longo de muitos anos, milhares cresceram e morreram com o frio e outros viveram a glória de frias e esquecidas mortes;

Péricles, o solitário "aristocrata democrata" (18) terá tido a clara percepção da urgência de uma formação teórica e de uma preparação activa dos cidadãos e, nessa medida, da necessidade de incentivar aquilo que hoje designaríamos de um recrutamento de novos docentes (19).

Professores (*sophistês*) no sentido de formadores, transmissores de um saber de segundo grau, mais específico, orientadores de um estágio de especialização necessário ao futuro líder partidário, ao "parlamentar", ao político de carreira. Em última análise ao *politês* em geral, ao cidadão comum que, em qualquer circunstância, podia ser chamado a exercer funções na *Boulê*, na *Ekklésia* ou na *Héliáia* como jurado, acusador ou réu (20),

O regular funcionamento das instituições tinha implícita a capacidade do cidadão, enquanto emissor, "saber falar", no sentido do saber como e *do que* "fala", e enquanto receptor, compreender aquilo acerca do que se "fala" (21), no sentido da descodificação, da inteligibilidade dum *logos* pronunciado (22).

Ora esta exigência comunicativa era intrínseca à própria formação da Polis. Todavia, se durante um longo período de tempo este meio altamente influente no exercício da administração estava fundamentalmente circunscrito a um grupo aristocrata, hereditariamente identificado com a posse e gestão da *archê* — sobretudo porque na base da mesma estava implícita a reivindicação de uma ligação genealógicamente divina — com a instauração do regime democrático há como que um cair do "poder na rua"! "Na rua", ainda que um tanto metaforicamente, na medida em que o próprio regime democrático ateniense pressupunha qualquer coisa de semelhante a um "poder popular", onde soldados, marinheiros e cidadãos em geral tinham, ao nível do poder, uma capacidade não só deliberativa como executiva, evidente (23).⁵

Culmina o professor no fruto das percepções de Péricles e dos próprios cidadãos, os quais certamente sentiam e experimentavam as necessidades e as demandas intelectuais da ágora, que para vingar a Democracia não era apenas "[...] suficiente criar as instituições, colocar aí os cidadãos e esperar, então, que os mesmos "fizessem", sem mais, a Democracia."⁶ Justamente indaga Graça quanto a necessidade de uma forte base e suporte intelectual para a realização deste ambicioso projeto, mas também da repercussão deste *logos* disseminado, deste *logos* em ação nas ruas e conseqüentemente deste *logos* articulado e transformado no poder. Portanto, pensar na conciliação deste *logos* é fundamental, temática tão necessária que foi abordada por alguns antigos, incluindo Antifonte na obra *Acerca do Consenso*, a temática que será suscitada no capítulo *Repercussões e Conclusões*.

⁵ GRAÇA, José Augusto. *Antifonte e o Movimento Sofista*. Porto: *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, nº 11, 1994. p. 245

⁶ *Ibidem*. p. 245

1.4 A Sofística como Antiguidade

O conceito e as fases da sofística logicamente não são um consenso, como pouco é o consenso ao se tratar em fontes na Antiguidade. Fatores que tornam tanto quanto mais desafiador, mais intrigante a pesquisa e o olhar ao antigo mundo. O fato incontroverso é a discriminação da sofística ao longo de grande parte da história da filosofia, a qual foi por vezes banida da própria filosofia e talvez nunca tenha sido aceita como filosofia. Contudo, tal discriminação e as constantes polêmicas que envolveram a sofística clássica geraram interesses, questionamentos e com isso a “culpa sofista” também foi reformulada, proporcionou grande notoriedade as “vítimas” até então, evitando seu esquecimento histórico e colocando-a como fator ou até mesmo fase necessária ao desenvolvimento do filosófico.

Importância esta notória para a cultura do V século helênico, Barbara Cassin relata o que foi um conhecido momento único que propiciou o surgimento de tal ebulição cultural no mundo grego, como também traçado anteriormente, mas agora com a inserção de que os sofistas não foram fases, ou degraus, mas parte constituinte e constitutiva deste “tagarela” momento;

O paradoxo começa a se explicar quando aceitamos regredir, para aquém de nossas antíteses modernas (democracia/conservadorismo, revolução/reação), à própria constituição da *polis* que marca o “milagre grego” do século V. *Polis*, *logos*, sofística: o caráter eminentemente político da sofística é, ante de tudo, uma questão de *logos*, termo em que o grego liga, como se sabe, na maneira de relacionar as coisas entre si, o fato de pensar e o de falar. Os sofistas certamente não teriam existido sem essa cidade por excelência que é a Atenas de Péricles e a multidão reunida em que são recrutados seus ricos alunos. Mas tampouco a cidade grega – que Aristóteles continuará a definir como composta de animais mais políticos do que outros simplesmente que falam (Política, I, 2, 1353 a 7-15), a mesma que a Jacob Burckhardt chamará de “o sistema mais tagarela de rodos” – teria existido, no melhor ou no pior dos casos sem esses estrangeiros ruidosos.”⁷

Partindo de duas singelas definições de clássicos dicionários técnicos da filosofia nota-se a indiferença à sofística, sua secundarização histórica e o seu “senso comum” pejorativo. Sucintamente, Abagnano aponta no vocábulo Sofística, como;

⁷ CASSIN, Bárbara. *O Efeito Sofístico*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 65-66

Em sentido histórico, a Sofística é a corrente filosófica preconizada pelos sofistas, mestres de retórica e cultura grega geral que exerceram forte influência sobre o clima intelectual grego nos séculos V e IV a.C. A sofística não é uma escola filosófica, mas uma orientação genérica que os sofistas acataram devido às exigências de sua profissão. Seus fundamentos podem ser resumidos:

1º O interesse filosófico concentra-se no homem e em seus problemas, o que os sofistas tiveram em comum com Sócrates.

2º O conhecimento reduz-se à opinião, e o bem, à utilidade. Conseqüentemente, reconhece-se a relatividade da verdade e dos calores morais, que mudariam segundo o lugar e o tempo.

3º Erística: habilidade em refutar e sustentar ao mesmo tempo teses contraditórias.

4º Oposição entre a natureza e lei; na natureza prevalece o direito do mais forte.⁸

Em Lalande, vocábulo de maior repercussão, inclusive citado criticamente por Cassin, define em dois passos, primeiro no vocábulo Sofista, a seguinte definição;

A. Sem intenção pejorativa: aquele que tem como profissão ensinar a sabedoria e a habilidade (*sophia*). Protágoras diz (PLATÃO, Protág., VIII, 316 B ss.) que a sofística, isto é, a arte de tornar os homens superiores àquilo que eram, de formar homens superiores () é coisa antiga, mas que ninguém antes dele ousou gabar-se disso abertamente. Quanto a mim, acrescenta ele, tendo constato que esta dissimulação tem menos vantagens do que inconvenientes.

B. A partir da época de Platão e, sobretudo de Aristóteles, num sentido nitidamente desfavorável: aquele que usa habitualmente sofismas. Por exemplo, PLATÃO, Banquete, 203 D.⁹

Logo em seguida há o vocábulo Sofística, definição esta que muito é comentada em diversos estudos atuais do período, por refletir o reificado senso comum histórico;

A. Conjunto das doutrinas ou, mais exatamente, atitude intelectual comum aos principais sofistas gregos (Protágoras, Górgias, Pródico, Hípias, etc.)

B. (senso comum). Diz-se de uma filosofia de raciocínio verbal, sem solidez e sem seriedade.¹⁰

⁸ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 1086

⁹ LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. Martins Fontes: São Paulo, 1999. p. 1049.

¹⁰ Ibidem. p.1050

Giovanni Reale agrupa a Sofística em quatro expressões, a primeira geração dos mestres (Protágoras, Górgias e Pródico), os Erísticos, os Sofistas Políticos e os Sofistas Naturalistas¹¹, posição esta interessante e fruto de uma reconstrução historiográfica que não mais congloba todos os ditos Sofistas como uma determinada e homogênea corrente de pensamento. Delimita as três primeiras fases Reale com as seguintes linhas gerais;

[...]

1) os grandes e famosos mestres da primeira geração, de modo algum privados de discipulação moral e, antes, como Platão reconhece, substancialmente dignos de respeito;

2) os “eristas”, isto é, aqueles que, explorando o método sofístico e exaltando o seu aspecto formal sem qualquer interesse pelos conteúdos e sem a discipulação moral dos mestres, transformaram a dialética sofística numa estéril arte de contendas através de discursos, e numa verdadeira arte da logomaquia,

3) enfim os “políticos sofistas”, homens políticos e aspirantes ao poder político, que, desprovidos de qualquer discipulação moral, usaram ou, melhor, abusaram de certos princípios sofísticos para teorizar um verdadeiro imoralismo, que constituída, de todo princípio moral: mas estes, mais que o espírito autêntico da sofística, representam a excrescência patológica da própria sofística.¹²

A corrente de Sofistas Naturalista é lida para historiadores contemporâneos como Barbara Cassin e Giovanni Reale como uma segunda fase da primeira geração dos mestres sofistas, os quais desenvolveram a ainda insipiente problemática entre *nomos* e *physis*;

É um lugar-comum na manualística a afirmação de que a sofística contrapõe *nomos* e *physis*, isto é a “lei” e “natureza”. Para desvalorizar a primeira e reduzi-la a pura convenção. Pois bem, este lugar-comum é só parcialmente fundado. A oposição entre lei e natureza não existe nem em Protágoras, nem em Górgias e nem mesmo em Pródico (1); ela aparece, ao invés, em Hípias e em Antífote, ou seja, naquela que justamente foi denominada *corrente naturalista da sofística*, e depois nos políticos sofistas, em diversos níveis (a manualística, portanto, atribuiu a toda a sofística uma oposição fundamental que, ao invés, só nasce com uma das

¹¹ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. História da Filosofia – Filosofia pagã antiga. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2004.

¹² REALE, Giovanni. *Historia da Filosofia Grega e Romana*. Sofistas, Sócrates e Socráticos Menores. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: editora Loyola, 2ª edição (revista e corrigida), 2009. p. 33.

correntes (a corrente “naturalística”), a qual tem características muito particulares.)¹³

Há também uma responsabilização da sofística na crise ou até mesmo colapso moral Grego, como explicita e fundamenta o professor Mario Bonazzi a partir da visão aristotélica;

Não obstante as ressalvas de Aristóteles, se o ensino sofista foi dito ou simplesmente extraído de um exercício verbal, é fácil compreender porque também foi acusado de possuir mestres ruins, metes da imoralidade: preocupados apenas com a vitória, os sofistas se mostraram incapazes de lidar com a grande questão da moral que está na base de uma educação verdadeira. Na verdade, a importância destas acusações também vinha de problemas sociais, relacionados ao caráter itinerante dos sofistas. Nas sociedades arcaicas, mas não apenas, a educação é a ferramenta que é usada para transmitir de pai para filho os valores e crenças de acordo com um mecanismo que se propõe a reproduzir a ordem e continuidade (Goldhill, 1986, p. 222-7). Com os sofistas esse ciclo se interrompe: o seu alheamento social significa também uma independência com relação a comunidade em que esses se encontram de vez em vez a ensinar. Como forasteiros em relação às cidades que os hospedavam, eles sentiram-se livres para questionar tudo, para submeter à análise valores que eram tradicionalmente percebidos como absolutos, imutáveis e inquestionáveis.

Com os sofistas surge a ideia da relatividade das tradições, a consciência de que os valores de uma sociedade não são os valores em um sentido absoluto, mas o produto histórico de uma determinada sociedade. Se somarmos a isso também que os sofistas, por sua vez, muitas vezes procuravam a provocação e o paradoxo por motivos “promocionais”, para chamar a atenção de clientes em potencial, não é difícil entender como rapidamente fez seu caminho para a acusação, tão banal como óbvia, para causar uma inversão de valores. Assim, nas nuvens do grande poeta cômico Aristófanes, os sofistas aparecem como canalhas, sem escrúpulos, hipócrita e capciosos (ver lista no vv 441-551.): Eles são os mestres do pior discurso, o discurso de que indivíduos com argumentos injustos jogam fora o melhor discurso, que sabe contradizer as leis fazendo triunfar a injustiça (vv. 882-884). Este ensinamento, naturalmente, não é abstrato, mas comporta consequências concretas que afetam a sociedade - ou melhor a subvertem: a peça termina verdadeiramente com o filho que bate no pai, um gesto que mais do que todos testemunha a inversão de valores (Os sofistas haviam tratado como provocação também esse tema, cf. Antífona

¹³ Ibidem. p. 35

87B44 B, V 4-8.). Os sofistas são os maus mestres de Atenas (e de toda a Grécia), os responsáveis por sua crise moral e política.¹⁴

Por ter sido o movimento sofístico tão criticado por Aristóteles, para instigar a anterior afirmação no próprio âmbito da Antiguidade e sequer necessitar das vastas perspectivas éticas contemporâneas, remonta-se ao próprio peripatético e ao seu conceito de *phronesis*. Aristóteles, distingue as virtudes intelectuais e como eram tratadas pelo próprio filósofo por virtudes *dianéticas* que se caracterizam quando em essência pela perfeição da alma racional. Assim, como a alma racional é constituída por dois aspectos, a *Sophia* comumente traduzida como sabedoria e a *Phronesis* também chamada de sapiência. Segundo Aristóteles, a *phronesis* é a sabedoria prática, um esforço de reflexão, uma ciência que se aperfeiçoa no cotidiano, no dia-a-dia, ao viver e observar a vida principalmente. Assim, a *Sophia* e a *Phronesis* não se contradizem ou se limitam, mas se interagem, se completarem, análise tal que deve ser cuidadosa, parece ser um movimento de amadurecimento de nossas ideias mediante nosso caminhar, mediante nosso viver, percebido pelo Estagirita (1142 a); Pois as pessoas buscam seu próprio bem e supõe ser certo fazê-lo. E consequentemente, essa crença fez com que a palavra prudente significasse aquele

¹⁴ BONAZZI, Mauro. *I Sofisti*. Carocci Editore: Rome, 2010. P. 19. Orig.: *Nonostante le precisazioni di Aristotele, se l'insegnamento sofistico veniva ridotto semplicemente a un esercizio verbale, è facile comprendere perché fossero accusati anche di essere dei cattivi maestri, dei maestri d'immoralità: preoccupati esclusivamente di vincere, i sofisti si rivelano inadeguati a trattare le grandi questioni morali che stanno alla base di una vera educazione. In realtà, l'importanza di questa accusa dipendeva anche da problemi sociali, legati al carattere itinerante dell'attività dei sofisti. Nelle società arcaiche, ma non solo, l'educazione è lo strumento che serve a trasmettere di padre in figlio valori e credenze secondo un meccanismo che si propone di riprodurre ordine e continuità (Goldhill, 1986, pp. 222-7). Con i sofisti questo circolo s'interrompe: l'estraneità sociale dei sofisti significa anche un'indipendenza rispetto alla comunità in cui essi si trovavano di volta in volta a insegnare. Come stranieri, outsiders rispetto alle città che li ospitavano, essi si sentirono liberi di mettere in discussione tutto, di sottoporre ad analisi valori che invece erano tradizionalmente sentiti come assoluti, immutabili e insindacabili. Con i sofisti si fa strada l'idea della relatività delle tradizioni, la consapevolezza che i valori di una società non sono i valori in senso assoluto, ma il prodotto storico di quella data società. Se a questo aggiungiamo anche che i sofisti, da parte loro, ricercavano spesso la provocazione e il paradosso per motivi "promozionali", per richiamare l'attenzione dei potenziali clienti, non sarà difficile comprendere come in breve tempo si fece strada l'accusa, tanto scontata quanto banale, di provocare un sovvertimento di valori. Così, nelle Nuvolette del grande poeta comico Aristofane, i sofisti appaiono come cialtroni, spregiudicati, ipocriti e capziosi (cfr. l'elenco ai vv. 441-551): i sofisti sono i maestri del <<discorso peggiore>>, del discorso che <<con argomenti ingiusti butta giù il discorso migliore>>, che sa contraddire le leggi facendo trionfare l'ingiustizia (vv. 882-884). Questo insegnamento, naturalmente, non è astratto, ma comporta conseguenze concrete, che toccano la società nel vivo – o meglio la sovvertono: la commedia termina infatti con il figlio che picchia il padre, gesto che più di tutti testimonia il rovesciamento dei valori (I sofisti del resto avevano trattato in modo provocatorio anche questo tema; cfr. Antifonte 87B44 B, V 4-8.). I sofisti sono i cattivi maestri di Atene (e di tutta la Grecia), i responsabili della sua crisi morale e politica.*

que é sábio em seu próprio interesse. Entretanto, talvez o próprio bem-estar pessoal não seja atingível sem a administração doméstica e, inclusive política. Ademais, mesmo a administração dos próprios assuntos privados constitui um problema árduo, exigindo considerações. Logo, pode-se imaginar o quanto controverso para o estagirita era a possibilidade que ensejava o ensino dos Sofistas.

Uma confirmação adicional do que foi dito é que, embora os jovens possam ser mestres em geometria, matemática e em ramos similares do conhecimento, não há como considerar que um jovem possa ser prudente.¹⁵ Isso porque a prudência implica o conhecimento dos fatos particulares, o que somente a experiência pode propiciar, a experiência que é impossível ter um jovem, pois ela seria produto de observar e estar inserido em determinado contexto no qual se pode observar, o ensino desta constituiria mais do que um absurdo, iria romper com certos exclusividades da tradição. Michael Gargarin traz ainda a visão de maneira mais “feroz” ao se dirigir ao inimigo dos Sofistas, Platão;

Objeta Platão aos sofistas, as consequências do pagar por duas razões: porque eles não podem dizer exatamente o que estão vendendo ou mostrar o seu valor, e porque qualquer um que aceite pagamento é obrigado a quem paga, como um comerciante, vende suas mercadorias para qualquer pessoa que o paga, em seguida, enquanto o ensino superior deve ser de reservado para aqueles com inteligência superior que já tenham avançado a um certo ponto em seus estudos. A primeira objeção é característica da insistência de Platão sobre uma abordagem rigorosamente intelectual e teórica, ninguém antes dele foi capaz (em sua visão) a dar uma explicação adequada de sua profissão. A segunda objeção é mais política. Como observa Kerferd, a crítica implícita de Platão de que sofistas exibiam sua sabedoria para "todos os tipos de pessoas" (Hípias Maior 282c) é de desprezo e preconceito aristocrático, que também fica evidente em analogia de Xenofonte como uma prostituta que vende sua beleza a todos os cantos (*Memorabilia* 1.6. 13). (Kerferd :1981:25-26). Essas observações sugerem que, embora aqueles que estudaram com os sofistas devam ter sido razoavelmente abonados e (ainda mais importante) devam ter tido tempo de lazer, os sofistas eram intelectualmente mais igualitários, e, provavelmente, politicamente, também, que abertamente elitistas como Platão, Xenofonte e talvez também Sócrates.¹⁶

¹⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2007. 1142 a

¹⁶ GARGARIN, Michael. *Antiphon, The Speeches*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.10. Orig.: Plato objects to the Sophists' taking pay for two reasons: because they cannot say exactly what it is they are selling or show its value; and because anyone who accepts pay is obligated, like a merchant, to sell his wares to anyone who can pay for them, whereas higher education should be

A crítica realizada por Gargarin é realmente ácida, mas de qualquer maneira suscita desconfianças ante ao posicionamento platônico quanto as possibilidades e conveniências de estudo que ante a importância do tema continuará sendo pesquisado no próximo subtítulo *A Sofística e Educação*.

Assim, ante todo o exposto, é necessário algum cuidado em responsabilizar e culpar os sofistas, precisa-se primeiro saber que sofistas e em qual momento da sofística estamos discutindo. Depois os motivos e conveniências da concentração do saber. Implicação esta devida a não homogeneidade, como já visto anteriormente e ratificado por Graça em seu sutil título, *O Movimento Sofístico*. Sendo que em todo o movimento implica no desolamento em determinado espaço de tempo, logo os sofistas foram surgindo, mudando e transformando suas ideias e percepções na medida em que a própria sociedade ateniense também se reinventava. Logo, falar em responsabilizações diretas e exclusivas em cidades-estados complexos e dinâmicos aparenta ser uma mera busca inquisitória perante o contexto constituinte e constitutivo de uma nova realidade, de novos cidadãos e de uma nova dinâmica entre a sociedade e seus indivíduos.

reserve for those with superior intelligence who have already advanced to a certain point in their studies. The first objection is characteristic of Plato's insistence on a rigorously intellectual and theoretical approach; no one before him was able (in his view) to give an adequate account of his profession. The second objection is more political. As Kerferd notes, Plato's implied criticism that Sophists display their wisdom to "all sorts of people" (Hippias Maior 282c) is contemptuous, and aristocratic prejudice is also evident in Xenophon's analogy of a prostitute who sells his beauty to all corners (Memorabilia 1.6.13) .(Kerferd:1981:25-26). Such remarks suggest that although those who studied with the Sophists must have been fairly wealthy and (even more important) must have had leisure time, the Sophists were intellectually more egalitarian, and probably politically, too, than outspoken elitists like Plato, Xenophon, and perhaps also Socrates.

1.5 A Sofística e Educação

Assim, torna-se fundamental falar da educação no mundo helênico e do meio pensante nesta Atenas fervilhante, que certamente não era apenas o reflexo de um grande idealizador como Péricles, mas o conjunto de cada sujeito que a constituía, como sucintamente abordado no anterior subtítulo *A Sofística como Antiguidade*. O árduo cotidiano da pesquisa, da busca pelo conhecimento em prol da *pólis*, para a *pólis* e a difusão deste conhecimento, sendo ai, neste exato ponto que se insere a problemática e ao mesmo tempo a necessidade sofística, movimento que foi um reflexo das necessidades da época, como justificado anteriormente, mas este reflexo não implica na contingência das suas consequências, tanto para o melhor, quanto para o pior dos casos como descrito na citação anterior de Cassin.

Contudo, a recepção do ensino não foi algo bem vindo para todos, como já apontado no caso de Platão e Aristóteles, ele propiciava em certo sentido diversas possibilidades e mudanças na dinâmica social, fato que não era bem quisto por muitos, ou ao menos completamente compreendido:

Em certo sentido, o desenvolvimento de instituições democráticas em Atenas tinha sido gradual desde o tempo de Sólon, mas também seria correto dizer que até o início da Guerra do Peloponeso foram, de modo geral, a mesma classe dominante e as mesmas famílias influentes que governaram o Estado em processo de democratização. Mas houve mudanças. As reformas constitucionais que começaram em Atenas em 462-461 a.C. deram nascimento ao que alguns consideraram uma democracia plena ou pura (p. ex. Plutarco, Cim. 15.2). De fato, a afirmação de Tucídides (II, 37.1), cuidadosamente formulada, deixa claro que a democracia pericleana repousava em dois princípios fundamentais [...] ¹⁷

Os métodos de ensino eram diversos, assim como quem proferia este ensino, há notoriamente experiências estéticas deste ensino, como grandes e diversos espetáculos teatrais, há poetas e famosas poesias, mas também havia o ensino básico para as crianças, nada muito relevante aparentemente, numa tradição que cabia aos pais a tutela dos filhos, sabedoria prática como modelo Aristotélico de educação e manutenção, como abordado no subtítulo *A Sofística como Antiguidade*. Novamente nos ajuda o professor Graça a contextualizar a situação em questão;

¹⁷ KERFERD, G. B. O Movimento Sofista. Edições Loyola, São Paulo: 2003. p. 32

Os sofistas surgem como os filhos legítimos desta peculiar postura, deste modo "muito-grego" da sucessão de planos na dimensão do falar, ouvir, polemizar (67) .

Como professores, dir-se-ia que a "reforma educativa" que protagonizaram, teve um largo sucesso, porque se ao nível dos conteúdos, pretensamente científicos, introduzem inovações, no plano pedagógico vão de encontro às profundas aspirações dos alunos que eram, antes de tudo, gregos.

Ontem, não tanto como hoje, a Escola dos sofistas, ainda que restrita, foi sob determinados aspectos uma Escola de sucesso. Eles descobriram a tempo, que até na emergência dessa profunda empatia, assiduidade e hospitalidade dos alunos, a regra da alternância, do sim e do não, também existia. Suscitando a antipatia de muitos, eles sabiam, como gregos que eram, não ser possível nem saudável, angariar a simpatia de todos! (68) ¹⁸

O ensinamento prático, como visto e constatado como algo mais do presente, tradicional, novamente retomando a alusão de Aristóteles em sua ética nicomaquéia ao relatar a *phronesis* e seu central papel no aprendizado, considerado como um reflexo do hábito grego, por vezes aristocrático, de educar. É apenas parte do motivo e rejeição do educar na problemática entre “Filósofos” e “Sofistas”, as aporias socráticas, o emblemático confronto entre Sócrates e alguns Sofistas e principalmente entre Platão e todos os Sofistas é sacramentada por Aristóteles, como apontado em Bonazzi e em Gargarin em passagens anteriores. Giovanni Reale inclui a respectiva citações do estagirita no respectivo trecho;

E Aristóteles conclui: “A sofística é uma sabedoria aparente, não real; o sofista é um mercador de sabedoria aparente, não real (5).”

Como é bem evidente, são dois os pontos de acusação, e, de natureza diferente: a) a sofística é um saber aparente e não real e, além disso, ela b) é professada com fins lucrativos e de modo algum por desinteressado amor à verdade.

A estas acusações, aduzidas por filósofos, acrescentam-se depois também as que surgiram da opinião pública. Esta viu nos sofistas um perigo, seja para a religião (como de resto o viu nos últimos físicos), seja para o costume moral, dado que, justamente, para este domínio os sofistas deslocaram a sua atenção. Os

¹⁸ GRAÇA, José Augusto. “Antifonte e o Movimento Sofista”, Porto: *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, nº 11, 1994. p. 253

aristocratas em particular não perdoaram os sofistas por terem contribuído para a sua perda de poder e por terem dado forte incentivo à formação de uma nova classe, que não se valia mais da nobreza de nascimento, mas dos dotes e habilidades pessoais, e que era, justamente, aquela classe que os sofistas pretendiam criar ou, pelo menos, educar sistematicamente.¹⁹

Logo, como apontado por Reale, o ensino da *areté* não está mais intrínseco ao sujeito. Tornando a *areté* um objetivo, uma conquista árdua como bem se sabe, o espaço e a primazia dos educadores é ampliada de maneira inédita e avassaladora na constituição deste sujeito cidadão. Não havendo possibilidade algum da volta deste passo dado, de seu abafar, tornando a educação uma útil busca e um anseio comum por mais combatido que fosse por ilustres detentores de muito conhecimento, assim aponta Cassin;

O paradoxo inerente ao ensino de Protágoras, bem como o seu mito, aparece então muito claramente: todos na cidade ensinam a virtude, como todos ensinam a falar grego, e todo conhecem tudo isso; no entanto há alunos mais dotados do que outros e professores que, como Protágoras, cobram por isso. Todos, sem exceção, participam do político assim como falam: o mito de Protágoras é simplesmente o mito fundador da democracia. Mas alguns são diferencialmente “melhores”, sendo reconhecidos como tal e devendo ser escutados: é, enfim, um mito fundador da aristocracia. Donde se constata que democracia e aristocracia são ligadas pela pedagogia, pela *paideia*. Mas o fato de escolher ser um mestre pago ao invés de um filósofo-rei que subjuga talvez seja a maneira propriamente sofística – no final das contas, espantosamente moderna – de desunir ética e política, assegurando, simultaneamente, a democracia.²⁰

Logicamente condições materiais eram necessárias ao implemento da democracia, mas um preparo intelectual também necessário para viabilizar a comunicação e a gestão coletiva, eliminar os preconceitos e barreiras, estabelecer possibilidades comunicativas, em mera alusão possível desdobramento ao anteriormente relatado no subtítulo *Para Dourar Atenas*;

Dir-se-ia que a erística representa o suster de todas as ondas, enquanto a retórica constitui o momento sonante da grande cheia, através de um discurso que corre para a alma, na medida certa. Esse discurso será aquele que tem o poder de inflectir num sentido ascendente ou descendente um dado "estado de espírito".

¹⁹ REALE, Giovanni. *Historia da Filosofia Grega e Romana*. Sofistas, Sócrates e Socráticos Menores. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: editora Loyola, 2ª edição (revista e corrigida), 2009. p. 39

²⁰ CASSIN, Barbara. *O Efeito Sofístico*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 69

Isso dependerá da competência, do profissionalismo e dos desígnios do especialista, o sofista. Essa poção mágica (*peithô*) é, como já se viu, em tudo semelhante ao *pharmakon* do médico; a primeira actua ao nível da alma, a segunda ao nível do corpo. Mas, nas mãos de qualquer um deles reside um poder venerado, apetecido, ainda que temido. Associando-se os dois temas, dir-se-ia que ao nível da alma ou do corpo, o duplo significado de *pharmakon* indica uma linha extremamente tênue entre remédio e veneno, saúde/doença, vida/morte, encanto/desencanto.²¹

Aparte de qualquer tentativa conspiratória do poder-saber, do poder do próprio saber, há claras divisões da estrutura grega social e até como deveria esta ser, apenas uma mera referência ao triângulo social desenvolvido na República. Interessaria assim o estudo para determinadas partes desta estrutura? Para que tal difusão, talvez fosse uma melhor indagação, frente a não consciência de muitos gregos do então sufrágio desta educação. Em citação direta do professor Graça, foram apontadas diversas características do contexto cultural a época, Kerferd aborda os desdobramento destes como em dois princípios da democracia consequentes das necessidades e reações às suas implementações;

Esses dois princípios são (1) que o poder deveria estar com o povo como um todo e não com uma pequena parte do conjunto dos cidadãos, e (2) que os cargos com direito de aconselhar e agir em nome do povo deveriam ser confiados aos mais competentes e mais capazes de desempenhas essas funções. Em termos práticos, o primeiro princípio era expresso no poder da assembleia e dos conselhos de massa e a extensão gradual do sistema de seleção por sorteio na maioria das municipais. A introdução de pagamento tornou possível aos cidadãos mais pobres se apresentassem para possível seleção, e sua importância é atestada pela fúria que provocou na oposição conservadora.²²

Como um segundo momento, poderia se vislumbrar e mais uma vez asseverando o perigo desta educação, o perigo para manutenção das aludidas estruturas estagnas e consequentemente para os que gozavam deste engessamento. Reações estas que não seriam extraordinárias, imprevisíveis ou até mesmo injustificadas na ótica dos “lesados” e furioso conjunto de opositor e “conservadora” que acreditavam arcar com as reformas. Ao abordar este contexto é comum o ressaltar da decadência da aristocracia ateniense, novamente aqui

²¹ *Op. Cit.* p. 252

²² KERFERD, G. B. *O Movimento Sofista*. Edições Loyola, São Paulo: 2003. p. 32

apontada, agora por Giovanni Reale, trazendo mais um prisma da diversidade de apanhados históricos necessários a pesquisa;

Recordemos, antes de tudo, a lenta, porém inexorável, crise da aristocracia, que vai *pari pasu* com o poder sempre crescente do demos, do povo; o afluxo para as cidades, especialmente Atenas, sempre mais maciço dos metecos; a ampliação do comércio, que, superando os estreitos limites das cidades, levava cada uma delas ao contato com um mundo mais amplo; a difusão das experiências e conhecimentos dos viajantes que levavam ao inevitável confronto dos usos, costumes e leis helênicas com usos, costumes e leis totalmente diferentes. Todos esses fatores contribuíram fortemente para o surgimento da problemática sofística. A crise da aristocracia também comportou a crise da *areté*, dos valores tradicionais, que eram justamente os valores prezados pela aristocracia. A crescente afirmação do poder do demos e a ampliação a círculos mais vastos da possibilidade de chegar ao poder fizeram ruir a convicção de que a *areté* dependesse do nascimento, isto é, que se nascia excelente e não se tornava tal, e trouxeram para primeiro plano o problema de como se adquiria a “excelência política”. A ruptura do restrito círculo da *polis* e o conhecimento de costumes, usos e leis opostos, deviam constituir a premissa do relativismo, gerando a convicção de que o tido como eternamente válido era, ao invés, privado de calor em outros ambientes e em outras circunstâncias. Os sofistas souberam apreender de modo perfeito estas instâncias da época em que viveram, souberam explicitá-las, dar-lhes forma e voz. E isto explica por que obtiveram tanto sucesso, sobretudo junto aos jovens: eles respondiam às reais necessidades do momento, diziam aos jovens, que então não estavam mais satisfeitos nem com os valores tradicionais que a velha geração propunha nem com o modo pelo qual os propunha, a palavra nova que eles esperavam.²³

Confrontos destas leis tidas como universais, novas experiências vividas e evidenciadas e constituindo novos sujeitos, novos cidadãos, e mais uma vez dando ensejo a novas necessidades, as quais foram aludidas sob a perspectiva da educação e agora ratificada diante do produto histórico disponível e produzido com o confronto de culturas. Confronto, que neste contexto não implica em algo negativo, justo contrário, implica em assimilação de novos costumes, hábitos, que por mais dissonantes que fossem, com o tempo, com o convívio passam a ser compreendidos e até mesmo assimilados. Dando ensejo ao famoso caldo cultural e contexto social inédito, mas não perfeito, do V século redesenhado nas diferentes perspectivas.

²³ REALE, Giovanni. *Historia da Filosofia Grega e Romana. Sofistas, Sócrates e Socráticos Menores*. Tradução: Marcelo Perine, São Paulo, editora Loyola, 2ª edição (revista e corrigida), 2009. p. 27

Tal convívio, com estrangeiros era tão usual, que dera tempo tanto para xenofobias, xenelasias e posteriormente discursos igualitários, com base em forte desenvolvido de uma filosofia moral da *physis*, pondo em xeque o logos e o *nomos* irrefletidos ou melhor expressando, engessados diante do cômodo não criticado e questionado até então. Antifonte é certamente um dos precursores deste discurso naturalista, desta corrente que mais do que se contrapõe a filosofia do físico, apõe-se a estrita filosofia do *nomos*, fato que justifica sua inserção nesta temática, por mais que aparentemente contraditório seja seu discurso, como será parcialmente abordado no capítulo que segue.

Contudo, para encerrar este capítulo que obviamente não almeja esgotar qualquer tema, diante do aprendizado proporcionado pela academia que mostra a impossibilidade ou ingenuidade desse esgotar. Mas abordaram-se temas considerados como propícios a discussão e contextualização de Antifonte e do seu amplo discurso sobre a utilidade do *nomos* e sua repercussão e “impercussão” na realidade vivida. Assim, apresenta Relae em suas conclusões sobre a sofística;

Vimos como, embora de diferentes modos e, pelo menos aparentemente, também de maneira contrastante, a sofística operou um substancial deslocamento do eixo da pesquisa filosófica, centrando a sua problemática no homem; até a corrente naturalista da sofística ocupou-se da *physis* em sentido totalmente diferente dos naturalistas, não para conhecer o cosmo enquanto tal, mas para melhor compreender o homem e o seu agir, ou seja, com finalidades ético-político-educativas.

E neste deslocamento do eixo está o valor substancial da sofística. Todavia, não se pode dizer que a sofística também tenha sabido fundar a filosofia moral. Todos os sofistas levantaram e aprofundaram, de diferentes maneiras, problemas morais ou problemas ligados estruturalmente com a moral, mas não souberam alcançar o nível temático, o princípio do qual todos dependem. Este princípio, como sabemos, consiste na precisa, consistente e razoável determinação da essência do homem. Nenhum dos sofistas nos disse expressamente, isto é, tematicamente, o que é o homem, e, por consequência, nenhum dos sofistas fez ver, consistentemente, como as várias doutrinas que professavam conjugavam-se numa determinada concepção do homem.²⁴

²⁴ REALE, Giovanni. *Historia da Filosofia Grega e Romana. Sofistas, Sócrates e Socráticos Menores*. Tradução: Marcelo Perine, São Paulo, editora Loyola, 2ª edição (revista e corrigida), 2009. p. 74

Este deslocamento do eixo, da perspectiva da busca para o próprio homem, quem sabe não possa ser lida como inerente a incompletude do homem, a angústia do sujeito ansioso e eternamente insatisfeito. Mas o anseio, não atendido pelos sofistas, do professor Reale em encontrar a “essência do homem”, leva a indagação de quem encontrou esta essência, quem guarda este precioso segredo, pois quem instigou este anseio e aceitou primeiramente pular neste abismo, nesta incansável e corajosa busca de muitas perguntas e poucas respostas foram ridicularizados, sofísticos.

2. Antifonte Orador ou Sofista, Oligarca ou Democrata?

2.1 Antifonte e os Sofistas

Antifonte muito nos ajuda a pensar na multiplicidade da discussão aludida no capítulo anterior, por ser parte e atuar entre as suscitadas nuances e com os temidos perigos do discurso, das novas demandas sociais, da inserção do sofista no contexto ateniense e da heterogeneidade do movimento sofístico. Sempre evitando clichês, mas devidamente atentos a constatações aparentemente simples e sem dúvidas pertinentes, a multiplicidade do discurso encantado e encantador. Recentemente Antifonte vem sendo muito traduzido e comentado, fato que não é uma surpresa, mas apenas um dos reflexos da contemporânea e reavivada sofística antiga, da palavra viva e inserida como cantou e por vezes também encantou Chico Buarque que muito parece dialogar com esta tradição;

“Palavra prima
Uma palavra só, a crua palavra
Que quer dizer
Tudo
Anterior ao entendimento, palavra

Palavra viva
Palavra com temperatura, palavra
Que se produz
Muda
Feita de luz mais que de vento, palavra”²⁵

O interesse contemporâneo por Antifonte nasceu mais precisamente por volta do ano de 1915, quando, em seguida à descoberta de um longo fragmento de papiro em Oxirinto²⁶, surgiu entre os especialistas uma teoria, pela qual haveria dois Antifontes: o primeiro seria o sofista, o segundo identificado como o orador que teria promovido um golpe oligárquico em Atenas. Ainda há entre sofista e Orador, as viáveis e próximas possibilidades pelo conjunto de obras de Antifonte poder ser Poeta, Poeta Trágico, Retor, Político, Logógrafo e a aparentemente nada próxima possibilidade mais tão viável quanto às anteriores, deste ter sido um grande leitor

²⁵ BUARQUE, Chico. Procedência: Nacional. Label: Sony & BMG. ISSN: 743212659429. Ano: 1995

²⁶ Publicado primeiramente por Grenfell e Hunt e depois reeditado por Declava Caizzi e Bastianini em 1989, depois houve a descoberta do P.Oxy 3647, que complementou o primeiro papiro e foi primeiramente publicado por Funghi em 1984. (PENDRICK, G. 2002, p. 316)

dos sonhos. Logicamente foram elencadas possibilidades de mais de dois Antifontes, fato que certamente procede devido ao usual nome na Ática.²⁷

A dificuldade chega ao seu ápice no caso Antifonte, em que as opções políticas fortaleceram dissimulações biográficas elaboradas pela doxografia e retrabalhadas pela crítica; na verdade, durante muito tempo se distinguiu – e às vezes ainda se distingue – Antifonte de Ramnunte, nascido por volta de 470, historicamente bem identificado como aristocrata oligarca condenado à morte em 411 por alta traição em consequência de seu envolvimento no caso dos Quatrocentos, logógrafo e orador ortodoxo cujo retrato elogioso é traçado por Tucídides (VIII, 68; cf. Pseudo-Plutarco, *Vida dos dez oradores*, A'1-11 e 22-24), e aquele que Hermógenes, apoiando-se em Dídimos de Alexandria, apresenta, por motivos estilísticos, como “o outro Antifonte” (*De ideis*, II, VII, p. 399, 18 Rabe), auto de um *Peri aletheias* e de um *Peri homonoias*, em que a tradição posterior reconheceu um “Antifonte, o sofista”, o único capaz de defender, como anarco-democrata, a identidade de natureza entre Gregos e Bárbaros.²⁸

Gargarin em sua obra dedicada exclusivamente aos discursos feitos por Antifonte para terceiros usarem como seus²⁹, fala das peculiaridades e da astúcia deste pensador sobre a perspectiva de que mesmo ao não declarar de fato seu discursos publicamente, influenciava assuntos públicos diretamente, assim aborda:

Mais tarde, fontes dizem-nos que Antifonte ensinou outros, que podem muito bem ser verdade, pelo menos, no sentido de formação informal, se não de uma escola formal. Aprendemos também que ele foi a primeira pessoa a deixar discursos escritos. Oradores anteriores, como Temístocles ou Péricles, proclamaram seus próprios discursos e não tinha necessidade de um texto escrito. O público [plateia] pôde recordar as linhas gerais dos argumentos destes oradores ou figuras notáveis, mas para o nosso conhecimento posterior, Antifonte foi o primeiro a escrever um discurso. Interessado em assuntos públicos e argumentos legais, mas desejava evitar falar em público, ele provavelmente começou a aconselhar amigos que teriam que falar em tribunal, mais tarde, talvez em torno de 430, esta prática levou-o a escrever discursos inteiros para amigos ou clientes memorizarem e proclamá-los como próprios.³⁰

²⁷ ANTIFONTE. Testemunhos, fragmentos, discursos. Edição e Tradução: Luis Felipe Bellintani Ribeiro. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

²⁸ CASSIN, Barbara. *O Efeito Sofístico*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 65

²⁹ Antiphon, *The Speeches*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

³⁰ GARGARIN, Michael. *Antiphon, The Speeches*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.4
Orig.: *Later sources tell us that Antiphon taught others, which may well be true at least in the sense of informal training if not of a formal school. We also learn that he was the first person to leave written*

Logo, como Gargarin aborda, ao não discursar, Antifonte escreveu seus discursos, sendo este ato era não usual a tradicional trajetória de discursos orais e teoricamente espontâneos. A esta não mais espontaneidade dos discursos, característica que desde então foi assimilada por muitos outros, pode-se atribuir não o nascimento da retórica, mas certamente uma nova oportunidade desta se reinventar e até mesmo consolidar e melhor preparar suas técnicas argumentativas. Esta consolidação da retórica, usualmente atrelada aos Sofistas, normalmente os estereotipa e condiciona-a como técnica de perverter discursos e enganar pessoas. Contudo, o uso de técnicas argumentativas e da própria retórica aplicada a ao diálogo escrito é notório nas subseqüentes escolas gregas, principalmente em Platão, o qual evidentemente modela e arquiteta argumentos, que não coincidentemente encontram perfeitos desfechos.

São diversos os fatos que corroboram para uma crescente corrente que concilie os diversos Antifontes. Encorajando inclusive Luís Felipe Bellintani Ribeiro a juntar as diversas fontes preservadas pela tradição na mesma obra, recentemente traduzida e utilizada como uns dos pilares desta monografia;

- (a) Os casos de homicídio: Acusação contra a Madrasta de assassinato por envenenamento, Acerca do Assassinato de Herodes e Acerca do Coreuta. (Supostamente casos reais).
- (b) Tetralogia I, Tetralogia II, Tetralogia III. (Supostamente Homicídios Hipotéticos)
- (c) Acerca da Interpretação de Sonhos, Sobre o Tributo dos Samotracios, Contra Ersistrato (Acerca dos pavões), Acerca da Revolução, Injurias contra Alcibiades, Exórdios e epílogos, Artes Retóricas. (Fragmentos de outros discursos preservado por lexógrafos)

speeches. Earlier orators, such as Themistocles or Pericles, delivered their own speeches and had no need of a written text. Audiences might remember the general lines of argument of these speakers or notable expressions, but to our knowledge Antiphon was the first to write out a speech. Interested in public affairs and legal argument, but wishing to avoid speaking in public, he probably began to advise friends who would be speaking in court; later, perhaps around 430, this practice led to his writing out an entire speech for a friend or client to memorize and deliver as his own.

- (d) Acerca da Verdade, Acerca do Consenso e Político. (fragmentos que sobreviveram devido ao papiro e a diversas referencias em múltiplos trabalhos.)³¹

Usualmente a tradição separatista que propõe a existência de um Antifonte o Sofista e outro o Ateniese (ou do demos de Rhamnute), o qual também teria vivido no V Século a.C. distingue os escritos (a), (b), (c) dos (d), alarmando quanto a gritantes diferenças estilísticas e ainda mais grave, quanto a ideias contraditórias.

Notam-se diversas teses separatistas, que tinham mais adeptos no início das pesquisas elencadas pelas novas fontes apresentados pelo novo papiro de Oxyrincus, chegaram a ridicularizar expressamente a possibilidade de um jus filósofo onírico, um jurista intérprete de sonhos, o que parecia de certa forma razoável. Contudo, muito lembrando Michel Foucault que era enfático ao falar do quão usual e racional era a análise dos sonhos no cotidiano clássico;

Não se pode esquecer que a análise dos sonhos fazia parte das técnicas da existência. Já que as imagens do sono eram consideradas, pelo menos algumas dessas imagens, como signos da realidade ou mensagens do futuro, decifrá-las tinha um grande valor: uma vida racional não podia poupar-se dessa tarefa. Isto constituía uma bem Antiga tradição popular; e também um hábito aceito nos meios cultivados.³²

Tais diversos fragmentos em uma única obra, citando inclusive como um forte justificativa fundada na possibilidade da mudança de opinião no decorrer da vida do autor em confronto com uma estática metafísica da verdade. Colocação esta muito interessante apresentada na introdução de Bellintani, remetendo-nos ao pertinente questionamento de quantas pessoas de fato mantém o mesmo conjunto de opiniões durante toda a vida. Gargarin, pontua que não precisaria inclusive ser uma mudança de opinião, Antifonte poderia estar dialogando com diferentes grupos, em diferentes momentos.

³¹ ANTIFONTE. Testemunhos, fragmentos, discursos. Edição e Tradução: Luis Felipe Bellintani Ribeiro. São Paulo: Ed. Loyola, 2009. Esquema elaborado com base na obra e bibliografia por ele elencada para compor o corpo das obras de Antifonte.

³² FOUCAULT, Michel. *Historia da Sexualidade Vol. III : o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. p.14

Gargarin aponta o nascimento de Antifonte por volta de 480, também cita o quão usual era este nome na Grécia³³, mas aponta que o mais famoso era o filho de Sophilus, do demos de Rhamnus e provável líder da breve revolução oligárquica dos 400. Sublinha a importância de Antifonte com as duas menções na peça as Nuvens de Aristófanes, na qual é satirizado como praticamente todos que dificilmente escapam do crivo do Poeta, produzida em 422, assim relata Gargarin:

[...] Uma vez que alguém está sendo aludido como "tão faminto quanto Antifonte" (1270), talvez uma referência ao seu famoso apetite por dinheiro, sendo um pouco mais tarde ele foi incluído em um grupo de "aqueles em torno de *Phrynichus*" que estavam presentes em um banquete e no qual *Phrynichus* comportou-se escandalosamente (1301-2). Sabe-se que *Phrynichus* foi um dos líderes do golpe de Estado em 411, Antifonte é certamente o de Rhamnus. Outros poetas cômicos, de acordo com fontes tardias, atacaram Antifonte de "ser esperto (*deinos*) em casos forenses e de vender por um preço elevado discursos contrários à justiça" (Filóstrato *Vitae Sophistarum* 499), e por "amor ao dinheiro" (*philargyria*, [Plutarco] *Moralia* 833c). Essas alusões cômicas, relativamente em pequeno número, indicam que Antifonte era conhecido do público, mas talvez não era proeminente na vida pública.³⁴

Logo se percebe que Antifonte não era tão afamado publicamente, mas era certamente conhecido. Passo este que enseja uma discussão, de quão peculiar era o Sofista Antifonte, Primeiro ele não era estrangeiro, segundo não era afeto a grandes aparições públicas. Gargarin continua seu relato com base nos depoimentos de Tucídides e na não taxatividade do antigo historiador ao distinguir o orador do Sofista, pontua inclusive que Tucídides sugere uma identidade entre ambos e que uma carreira de logógrafo não seria nada distante do papel de um Sofista.

³³ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*.

Austin: University of Texas Press, 2002. Baseado em relatos de Pauly-Wissowas Real Encyclopedia

³⁴ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 39. Org.: [...]Once someone is said to be "as hungry as Antiphon" (1270), perhaps a reference to his reputed appetite for money, and a little later he is included in a group of "those around Phrynichus" who were present at a banquet where Phrynichus behaved outrageously (1301-2). Since Phrynichus was another leader of the coup in 411, this Antiphon is almost certainly the Rhamnusian. Other comic poets, according to late sources, attacked Antiphon for "being clever (*deinos*) in forensic cases and for selling for a high price speeches that run counter to justice" (Philostratus *Vitae Sophistarum* 499), and for "love of money" (*philargyria*, [Plutarch] *Moralia* 833c). These comic allusions, relatively small in number, indicate that Antiphon was known to the public but perhaps was not prominent in public life.

Xenofonte é apresentado como mais uma das evidências para tese de Gargarin, aonde seria citado Antifonte o Sofista e nenhum outro, que teve três diálogos com Sócrates e que desejava atacar alguns de seus seguidores, contudo, Pendrick relata que a figura desenhada por Xenofonte não é compatível com a do conhecido Antifonte de Rhamnus e assim relata;

Da vida do sofista Antifonte, pouco se sabe. A partir da evidência de Xenofonte parece que ele era um educador profissional ou sofista, foi ativo em Atenas, e foi um contemporâneo aproximado de Sócrates. A *Suda* identifica-o como um ateniense. O estrito uso do dialeto ático nos fragmentos dos papiros e outros (cf. Rosenkranz [1930], 145) apoia-se nesta tese, assim como a provável identificação do sofista como o autor do livro dos sonhos (cf. acima). A escassez de dados biográficos sobre o Antifonte sofista (na qual Gargarin [1990], 36-37, 43 e outros tratam como suporte para a posição unitária) provavelmente resulta em parte de sua confusão generalizada na antiguidade mais tardia com o Antifonte de Rhamnus.³⁵

Pendrick defende assim como Gargarin, a quão comum era o nome Antifonte, logo no início de sua extensa obra ele delimita três cidadãos com o nome Antifonte de maior notoriedade entre o quarto e quinto século a.C.. Incluindo logicamente o Antifonte filho de Sophilus, do demo de Rhamnus e famoso ateniense logógrafo e político, em contraposição com o Antifonte que disputa com Sócrates e ainda, há um terceiro Antifonte, poeta, citado diversas por Aristóteles. Pendrick também discorda das tetralogias como parte da obra de Antifonte e assim pontua;

³⁵ PENDRICK, Gerard (edited with introduction, translation and commentary). *Antiphon, of Athens. The Fragments / Antiphon the Sophist*. Cambridge: Cambridge classical texts and commentaries 39, 2002. p. 26. *Orig.: Of the sophist Antiphon's life but little is known. From the evidence of Xenophon it appear that he was a professional educator or sophist, was active in Athens, and was an approximate contemporary of Socrates. The Suda identifies him as an Athenian. The strict Attic dialect of the papyrus and other fragments (cf. Rosenkranz [1930], 145) supports this, as does the sophist's likely identification with the author of the dream-book (cf. above). The dearth of biographical data on the sophist Antiphon (which Gargarin [1990], 36-37, 43 and others treat as support for the unitarian position) probably results in part from his widespread confusion in later antiquity with Antiphon of Rhamnus.*

No entanto, enquanto a acusação chamou a atenção para a prática de Antifonte em escrever discursos para cobrar, não há nada aqui sobre o ensino de oratória para cobrar. Antifonte de Xenofonte, ao contrário, é um educador, profissional remunerado (cf. abaixo). Muitos críticos apontam para a Tetralogias como prova de que Antifonte de Rhamnus de fato ensina retórica. Mas há sérios motivos para duvidar que o Tetralogias foram escritas, ou poderia servir adequadamente como modelos para o uso dos alunos (como se costuma supor). Outros motivos para sua composição e de "publicação" são facilmente concebíveis e não por si só provam que seu autor era um profissional de professores de retórica (cf. Andrews em Gomme et al. [1981], 173-74). Gargarin (1990), 30 afirmaram que o interesse intelectual de Antifonte de Rhamnus e grande influência lhe dá o direito de "ser considera um professor em algum sentido", mas isso é irrelevante para a questão em mão. Para Xenofonte retrata um sofista rival de Sócrates que seria um professor em muito mais do que a vaga indicada.³⁶

Quanto as considerações de estilo, Gargarin por diversas vezes tenta demonstrar e justificar a mudança de estilo ao longo do tempo, desde quando ele teria começado a escrever, por volta dos 450 a.C. em uma espécie de prosa no dialeto ático e uma transição amadurecida para o lônico, o qual se tornou mais comum principalmente nos discursos apontados com fins de discussões entre e para intelectuais ou para um meio mais "intelectualizado", que é especificamente a palavra usada por Gargarin. Nega Gargarin a possibilidade do pai de Antifonte ter sido um sofista, muito menos ter uma escola sofística. Anota contudo, que como sendo um jovem ateniense aristocrata, provavelmente teve contato, tanto com intelectuais com alguns estrangeiros, ditos como Sofistas.

Assim, passa Gargarin a delimitar o estilo usado em cada uma das principais obras, apontando para peculiaridades semânticas da língua o dos dialetos usados, mostrando conflitos na gramática e na grafia, os mais preponderantes e consoantes com a proposta de pesquisa, são abordados na seguinte passagem;

³⁶ PENDRICK, Gerard (edited with introduction, translation and commentary). *Antiphon, of Athens. The Fragments / Antiphon the Sophist*. Cambridge: Cambridge classical texts and commentaries 39, 2002. Orig.: *Yet while the prosecution called attention to Antiphon's practice of writing speeches for pay, there is nothing here about teaching oratory for pay. Xenophon's Antiphon, by contrast, is a paid, professional educator (cf. below). Many critics point to the Tetralogies as evidence that Antiphon of Rhamnus did in fact teach rhetoric. But there are serious grounds for doubting that the Tetralogies were written, or could appropriately serve, as models for the use of students (as is usually supposed). Other motives for their composition and "publication" are readily conceivable, and they do not by themselves prove that their autor was a professional teacher of rhetoric (cf. Andrewes in Gomme et al. [1981], 173-74). Gargarin (1990), contended that Antiphon of Rhamnus' intellectual intests and wide influence entitle him to "be considers a teacher in some sense" but this is irrelevant to the question in hand. For Xenophon depicts a sophist and professional rival of Socrates who is a teacher in much more than the vague sense indicated.*

Antifonte quando veio a escrever discursos que seriam proferidos no tribunal, não somente, teve cuidado para não admitir qualquer forma iônica, mas ele também reduziu consideravelmente a qualidade intensamente intelectual de seu estilo (acima, 3.7). Nos discursos para corte, as sentenças são geralmente menos complexas do que nas Tetralogias, o uso de participios adjetivos característicos das Tetralogias são reduzidos, e os marcadores orais como *touto*. . . *touto de* se tornam mais comuns. Este tipo de desenvolvimento é de se esperar, e é perfeitamente coerente com a visão de que a mesma pessoa escreveu todas estas obras.³⁷

Remontando a uma estratégia já tentada por Pseudo-Plutarco, Bellintani traça no prefácio de sua obra um interessante ensaio de como um logógrafo poderia também ser um poeta, inclusive um poeta trágico mediante a inerente consciência da finitude da vida, consciência que geralmente leva-nos a tristezas, as quais são combatidas ou ao menos acalentadas pelas artes privadas de cura. Portanto, o Sofista, Retor, Político e “Advogado”, quiçá fossem as diversas faces de um homem em constate mudanças devidas a um incessante processo crítico, sintetizando muito brevemente a hipótese ensaiada pelo aludido professor³⁸;

Aliás, essa razão enviesada, nada reta, mantém aceso, constantemente, o sinal de alerta diante do hermeneuta escrupuloso, lembrando-o de que se trata de sofística e da retórica, e que, portanto, a exigência de coerência a qualquer preço para a operação justificada da unificação do *corpus antiphonticum* pode significar exatamente falta de rigor e incoerência, devido ao triunfo de um critério avesso ao objeto interpretado.³⁹

Gargarin, assim como Bellintani, traz os relatos de Tucídides e faz um interessante percurso ao longo da tradição separatista. Sua inicial e acanhada tese unitarista torna-se mais robusta, contudo, como o próprio autor pontua, com seu bom senso acadêmico, não é definitiva. Não definitiva posição corroborada ainda

³⁷ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p.172. Orig.: *When Antiphon came to write speeches that would be delivered in court, however, not only was he careful not to admit any Ionic forms, but he also reduced considerably the intensely intellectual quality of his style (above, 3.7). In the court speeches, sentences are generally less complex than in the Tetralogies, the clusters of adjectival participles characteristic of the Tetralogies are reduced, and oral markers like touto men . . . touto de become more common,. This sort of development is only to be expected, and is perfectly consistent with the view that the same person wrote all these works*

³⁸ ANTIFONTE. Testemunhos, fragmentos, discursos. Prefácio e Tradução de BELLINTANI, Luís Felipe. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

³⁹ Ibidem p. 15

mais com os relatos de Pendrik⁴⁰, que defende a posição separatista de maneira muito instigante, vasta e inusitada frente ao inicial unitarismo, por negar apenas as Tetralogias e conceber Antifonte o Sofista como o autor das demais obras (a), (c) e (d).

Sem almejar a solução deste histórico confronto entre “Antifontes”, recebendo neste trabalho como um problema de ordem facultativa como proposto por Guthrie⁴¹, mas por vezes tendendo muito mais para interpretações que o unifiquem das que o distanciam e o isolam. Tentando assim conviver e interpretar em consonância com os desafios que o estudo da Antiguidade nos trás, aonde as fontes são por vezes escassas e incompletas, aonde as dúvidas são muito maiores do que as certezas, mas o fascínio de tentar entender e conciliar nossas origens remotas é motivador e certamente profícuo.

Seguindo o traçado pelo professor Bellintani em seu sóbrio prefácio e impecável seleção bibliográfica, a qual norteou inicialmente a presente pesquisa. O então Antifonte esboçado pelo professor, nascido no *dêmos* de Ramnunte por volta de 480-411 a.C. citado tanto por Tucídides quanto memorado por Aristóteles pela elaboração da melhor das defesas já feita e diversas, um cidadão de fato notório e autor tanto das *Tetralogias* como da obra *Acerca da Verdade*;

À margem dessa questão de ordem bibliográfica, a qual, diga-se de passagem, não pode mais, a essa altura, ser resolvida objetivamente, senão exposta como um produto da história das interpretações, cabe conhecer a própria obra ou o conjunto de obras, em sua unidade e sua multiplicidade necessárias para que sempre possa ser tomada como “o um de muitos” ou como os muitos de um.⁴²

A discussão anterior influencia o presente processo de pesquisa ao analisar as diversas consequências da espontaneidade proposta por Antifonte, gerada por um homem sem grilhões não naturais, expressão esta usada pelo próprio. Permeando entre a possibilidade de uma efetiva compensação nos tribunais até as consequências desta tão procurada verdade. Antifonte, justamente por não questionar a diversidade entre os homens mas também por confirmar a possibilidade

⁴⁰ PENDRICK, Gerard. *The Fragments / Antiphon the Sophist*. Classical texts and commentaries 39. Cambridge: Cambridge Press, 2002

⁴¹ GUTHRIE, W.K. C. *Os Sofistas*. São Paulo. Paulus. 1993

⁴² ANTIFONTE. *Testemunhos, fragmentos, discursos*. Prefácio e Tradução de BELLINTANI, Luís Felipe. Edições Loyola, São Paulo, 2008. p. 14

do entendimento no âmbito do discurso, no jogo entre o dissenso do prejuízo comprovável e suas conseqüências no, por vezes, não tão natural acordo.

Ao contrário de outras interpretações, pela quais Antifonte estaria preconizando uma impossível volta à natureza e à lei do mais forte, injusta crítica feita, que aponta para autoritárias modalidades de “consenso” social. Quais seriam assim, as condições de possibilidade para o realmente almejado por Antifonte, ou seja, a possibilidade do convívio e do governo entre a concórdia e a moderação, dois ideais fundamentais no legado do ateniense inerente a democracia ou a uma oligarquia, mas sim para a Cidade. O professor Bellintani descreve esta agonia de como viver nesta Cidade-Estado, da seguinte forma;

O nexu lógico entre as duas teses (*phýsis e nómos*) é o mesmo que permite unir o sofista ao orador: a cidade não é o lugar da verdade, mas vive-se na cidade, então só resta, para os que querem viver, laborar no campo da opinião. Talvez isso também explique o fato de um homem que em física é pela essencialidade da indeterminação da matéria, que em gnosiologia sabe que o tempo é intelecção e não substrato, que em antropologia reconhece a igualdade entre gregos e bárbaros ser em política um golpista oligárquico.⁴³

Bem observa o professor Reale quanto as equívocas interpretações de Antifonte, mas muito conveniente para aqueles que o querem enquadrar como autoritário sofista a qualquer custo;

E isto é extremamente interessante: se restringimos a natureza humana à pura dimensão sensível, iludimo-nos em poder cancelar toda diversidade entre os homens, enquanto na realidade lançamos as premissas para fundar outros tipos de diversidade e outros tipos de distinções, sob certo aspecto ainda mais graves. E assim se explica que, do mesmo principio da natureza-sensibilidade, alguns logo tenham podido deduzir conclusões opostas às que foram deduzidas por Antifonte.⁴⁴

Gargarin relata as últimas duas décadas da vida de Antifonte de maneira muito detalhada mas bastante controversa, fazendo uma nova leitura da tentativa oligárquica, como sendo esta uma tentativa de manter e fortalecer a democracia. Pontua que nestas duas décadas restantes de vida, Antifonte continuou

⁴³ANTIFONTE. Testemunhos, fragmentos, discursos. Prefácio e Tradução de BELLINTANI, Luís Felipe. Edições Loyola, São Paulo, 2008. p. 14

⁴⁴REALE, Giovanni. Sofista, Sócrates e Socráticos menores. Edições Loyola, São Paulo, 2009. p. 63

muito ativo politicamente, certamente da sua conhecida maneira, nos bastidores da vida pública. Há relatos de supostas aulas e debates feitos por Antifonte e assim relata;

Finalmente, após a derrota de Atenas na Sicília em 413, deu um passo Antifonte, de consultoria política para a ação política. Como ele alguns amigos também planejavam um plano de ação que afirmavam faria a democracia ateniense mais eficiente e responsável. Em 411 eles engendraram um "golpe", a instalação de um grupo de 400 líderes da cidade, apoiado por um conselho de 5000. Quando esta nova estrutura falhou em conseguir alcançar qualquer melhoria significativa, o governo rapidamente desmoronou, instituições democráticas foram restabelecidas as anteriores. Quase todos os 400 deixaram Atenas, mas Antifonte permaneceu para ser julgado, ele deveria saber suas poucas chances de absolvição. O seu discurso em sua própria defesa, aparentemente se recusou a admitir qualquer erro, alegando que seu objetivo era preservar a democracia em que ele próprio tinha prosperado, não derrubá-la. Seus argumentos eram inflexivelmente racionais e devem ter parecido sofisticado a muitos dos jurados, ainda que levado a admiração de Tucídides e outros, fato que consagrou o discurso um dos mais conceituados em toda a antiguidade. Mas ele não conseguiu obter a própria absolvição, e pouco depois foi executado, sua propriedade foi confiscada e sua família foi enviada exilada.⁴⁵

Argumento este difícil ratificação historiográfica, mas que encontra certo respaldo na “carreira” de Antifonte, que como o próprio Gargarin desenha, não foi nada usual, entre uma mistura de pensamentos elaborados com uma ar pragmático dos tribunais, sob a perspectiva sofisticada da educação como possibilidade da democracia e ante ao pensamento de Antifonte da necessidade de readequação das lei a nova realidade não de necessariamente um absoluto retorno a *physis*, implicação esta que será trabalhada no capítulo *Repercussões e Conclusões*.

⁴⁵ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 181. Orig.: [...] Finally, after the Athenian defeat in Sicily in 413, Antiphon took the step from political consulting to political action, as he and some friends planned a course of action that they claimed would make the Athenian democracy more efficient and responsible. In 411 they engineered a coup, installing a group of 400 leaders of the city, supported by a council of 5000. When this new structure failed to achieve any significant improvements, the government rapidly fell apart, and the previous democratic institutions were reinstated. Almost all the 400 left Athens, but Antiphon remained to face trial; he must have known his chances for acquittal were slim. His speech in his own defense apparently refused to admit any wrong, claiming that his aim was to preserve the democracy under which he had prospered, not to overthrow it. His arguments were uncompromisingly rational and must have appeared sophistic to many of the jurors, though they drew the admiration of Thucydides and others, and the speech remained one his most highly regarded throughout antiquity. It failed to win him acquittal, however, and shortly afterwards he was executed, his property was confiscated, and his family was sent into exile.

2.2 Acerca da Verdade.

Para melhor embasar toda esta discussão e como parte do projeto, será apresentado a tradução do *Acerca da Verdade*, de Antifonte, realizada por Bellintani com seu metódico trabalho de comparar as traduções anteriores de Diels - Kranz, Blass, Sauppe, Bastianini - Decleva-Caizzi e Pendrick. Depois será apresentada a tradução isolada realizada por G. J. Pendrick. Por fim, serão traçadas algumas das interpretações provenientes da obra em questão feitas por Michael Gargarin, sendo estas inseridas e focadas no contexto de discussão da sofística apresentada neste trabalho.

Inicia Bellintani sua tradução alertando ao autor que o subtítulo da obra *Acerca da Verdade*, dado tanto por Diels-Kranz, como por Untersteiner, é *Teoria do conhecimento e doutrina dos princípios*, aborda Pendrick contudo que foi uma escolha arbitrária devido a falta de documentação historiográfica disponível⁴⁶.

Gargarin aponta o fragmento em questão apenas com o título *Verdade (Truth, Alétheia)*, fragmentos estes que como Pendrick e Bellintani, acreditam fazer parte de um conjunto de dois livros e que junto com o denominado *Concórdia*, fazem o conjunto dos textos mais relevantes de Antifonte. Contudo, academicamente pontua Gargarin quanto a preponderância do, para nós *Acerca da Verdade*, os motivos são pragmáticos, o conteúdo contínuo deste é muito maior do que o *Sobre a Concórdia* (apenas “*Concórdia*” para Gargarin). Depois, pode-se notar uma análise mais pontual e concatenada dos argumentos, a qual Gargarin, como já citado, chama de mais “intelectualizada”, em contraste com o *Sobre a Concórdia* que versa do cotidiano em geral e do comportamento humano de maneira aparentemente espontânea e corriqueira, parecendo este ser endereçado a uma plateia numerosa, como infere o professor americano. Continua a distingui-los quanto aos estilos diferentes de ambos os escritos, fazendo menção que o *Sobre a Concórdia* parece estar mais perto das tetralogias, dos discursos forenses de Antifonte.

Desemborca o professor na análise dos diferentes conteúdos de ambos os papiros, conjunto destes indícios que o levaram a conclusão de almejarem diferentes propósitos, e assim terem como alvo diferentes públicos, lembrando a função de Orador que desempenhava Antifonte que acaba levando Michael Gargarin

⁴⁶ BELLINTANI, Luís Felipe. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

a rechaçar a desconfiança de acadêmicos como Bilik⁴⁷ de se tratarem destes fragmentos terem sido escritos por autores diversos, argumentos mais consistentes sobre esta querela foram traçadas no subtítulo *Antifonte e os Sofistas*.

Bellintani como já apontado e brevemente aqui justificado por parte do argumento utilizado por Gargarin, segue a vertentes majoritária que divide a obra *A cerca da verdade* em dois livros, colocando os fragmentos de papiro 44 no segundo livro e assim apresenta sua tradução e comparação dos fragmentos;

44(a) Oxirrhynchus Papyri XI n. 1364 ed. Hunt [99B/ 118S/ B.44A DK/ B.44 I-A U/ F44 (a) P/ frag. B BDC]

[Coluna 1= 1-33 H(unt)] (das cinco primeiras linha resta apenas a última sílaba ou letra) Justiça, com efeito, é não transgredir as prescrições das leis da cidade da qual se é cidadão. De fato, um homem utilizaria convenientemente a justiça para si mesmo, se, diante de testemunhas, exaltasse as leis, mas sozinho sem testemunhas exaltasse as prescrições da natureza. Pois as prescrições das leis são impostas de fora, as da natureza, necessárias. E as prescrições das leis são pactuadas e não geradas naturalmente, enquanto as da natureza são geradas naturalmente e não pactuadas. [Coluna 2= 34-66 H]. Transgredindo as prescrições das leis, com efeito, se encoberto diante dos que compactuam, aparta-se de vergonha e castigo; se não se encobre, porém, não. Se alguma das coisas que nascem com a natureza é violentada para além do possível, mesmo que isso ficasse coberto a todos os homens, em nada o mal seria menor, se todos vissem, em nada maior, pois não é prejudicada pela opinião, mas pela verdade. O exame dessas coisas é totalmente justificado pelas seguintes razões: Porque muitas das coisas justas segundo a lei estão em pé de guerra com a natureza, pois são dispostas por lei aos olhos as coisas que devem [coluna 3= 67-99] ver e as que não devem; e aos ouvidos, as que eles devem ouvir e as que não devem; e à língua, as que ela deve dizer e as que não deve; e as mãos, as que elas devem fazer e as que não devem, e aos pés para onde devem ir e para onde não devem, e ao espírito, as coisas que deve desejar e as que não deve. Com efeito, não são para a natureza em nada mais afins nem mais próprias as coisas das quais as leis dissuadem os homens do que aquelas das quais persuadem. Por outro lado, o viver e o morrer são da natureza e , para eles, o viver é uma das coisas convenientes e o morrer uma das não-convenientes. [Coluna 4= 100-131 H)] As coisas convenientes fixadas pelas leis, por seu turno, são grilhões da natureza, as fixadas pela natureza, livres. De fato, as coisas que produzem sofrimento, por uma correta razão, não são proveitosas à natureza mais do que as agradáveis; não seriam portanto em nada mais convenientes as coisas dolorosas do que as

⁴⁷ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 39

prazerosas. Pois as coisas convenientes segundo a verdade não devem prejudicar, mas beneficiar. Agora, então, as coisas convenientes por natureza (faltam as linhas 25 e 26; da 27 à 31 restam pequenas partes irreconstituíveis) E aqueles que [coluna 5= 132-164 H], tendo padecido um dano, se defendem, mas não começam eles mesmos a agir; e aqueles que fazem o bem a seus pais, ainda que esses lhes sejam maus; e os que concedem prestar juramento a outros sem que esses tenham jurado; e o do que ficou dito poderia alguém encontrar muitos outros casos de guerra contra a natureza, entre eles sofrer mais, sendo possível sofrer menos; comprar-se menos, sendo possível comprar-se mais; e padecer o mal, sendo possível não padecer. Se, por um lado, algum socorro da parte das leis viesse àqueles que se submetem a tais coisas, ou algum enfraquecimento àqueles que não se submetem e se lhes opõem, [Coluna 6 = 165-197 H] não seria inútil [DK: “sem proveito” / BDC e P: “que recusam auxílio”] o [DK e BDC: liame/P: obedecer] às leis. Por outro lado, parece, agora, não ser suficiente para socorrer os que se submete a tais coisas o justo que vem da lei, o qual, primeiramente, permite ao paciente padecer e ao agente, agir. E nem impedia então o paciente de padecer nem o agente de agir. E, remetendo ao castigo, em nada é mãos propício ao que padeceu do que ao que agiu, pois deve persuadir os que vão castigar de que padeceu [DK: reclama para poder ganhar a causa/BDC: obter justiça por meio de ilusão]. As mesmas coisas, porém se deixa ao agente negar. [coluna 7= 198-231 H] [Trecho muito danificado]

[versão emendada por DK para as linhas 5 a 15:] [semelhante a U e P:] (faltam as linhas 1-4, na 5 aparece uma única letra) é mais (...)

(...) tanto quanto ao que acusa a persuasão da acusação, punir em favor do que padeceu bem como o do que agiu. Dá-se, pois, vitória, tanto por discursos quanto (...) (das linhas 16 a 20 restam apenas partes de palavras)

[versão emendada por BDC para as linhas 5 a 13:] (faltam as linhas 1-3), a defesa é para o que defende aquilo que a acusação é o que acusa; a persuasão veio a ser antagonista ao que padeceu e ao que agiu, pois (...)

44(b) Oxirrhynchus Papyri. 1364 + 3647 [B.44A DK/ B.44 I-B U/ F44 (b) P/ frag. A BDC]

[Coluna I = 232-266 H] (linhas 1-4: apenas algumas terminações; linhas 5-17: apenas algumas sílabas ou letra; linhas 18-30: vazias; linhas 31-34 apenas algumas terminações).

[Coluna II = 266-299 H] (...)

[versão DK e U:] <Os que descendem de pais ilustres>, nós os honramos e os veneramos; os que não são de uma casa nobre, nem os horamos nem os veneramos. Com isso, porem,

[versão BDC e P] (...) conhecemos e veneramos, as dos que moram longe nem conhecemos nem veneramos. Nisso, com efeito,

[versão comum:] agimos como bárbaros uns em relação aos outros, enquanto por natureza todos em tudo nascemos igualmente dispostos para ser tanto bárbaros quanto gregos. É o caso de observar as coisas que por natureza são necessárias a todos os homem: a todos são acessíveis pelas mesmas capacidades, e em

todas essas coisas nenhum de nós é determinado nem como bárbaro nem como grego. Pois todos respiramos o ar pela boca e pelas narinas

[versão DK e U:] e comemos todos com as mãos.

[versão BDC e P:] e rimos quando nos alegramos [coluna III] no espírito ou choramos quando sentimos dor; e pela audição acolhemos os sons; e pela luz do sol com a vista vemos; e com as mãos trabalhamos; e com os pés caminhamos (...) [coluna IV] (...)

[versão BDC:] segundo a medida do que agrada, cada um dos homens e eles em conjunto se reuniram e estabeleceram as leis (...)

44 (c) Oxirrhynchus Papyri. 1797 [B.44 cont. B DK/ B.44 II U/ F44 (c) P/ frag. A BDC]

[coluna I] (...) do justo (...) o testemunhar a verdade uns aos outros é considerado justo e em nada menos útil para as ocupações dos homens. Agora, porém, quem fizesse isso não seria justo, enquanto for justo o não ser injusto com ninguém, quando não se padeceu injustiça. Pois é necessário que aquele que testemunha, ainda que testemunhe coisas verdadeiras, de algum modo seja injusto igualmente com o outro

[versão DK e U:] e, ao mesmo tempo, que ele venha a padecer injustiça depois pelas coisas que disse [versão BDC:], e padece em seguida injustiça, pois está implicado em ódio;

[versão comum:]

com isso, por causa das declarações desta testemunha, é preso o acusado pelo testemunho e perde seus bens ou a própria vida, por causa de alguém com quem não é injusto.

De fato, com isso é injusto, por um lado, com o acusado pelo testemunho, porque é injusto com alguém que não é injusto consigo; por outro lado, padece de ele mesmo injustiça da parte do acusado pelo testemunho, porque é odiado por ele, [Coluna II] ainda que tenha testemunhado coisas verdadeiras. E não apenas pelo ódio, mas porque deve guardar-se, todo o tempo, daquele contra o qual testemunhou, já que subsiste nele um inimigo tal que há de falar e fazer o que puder trazer-lhe algum mal. E parece que essas injustiças não são pequenas, nem as do que padece injustiça, nem as do que é injusto. Pois não é possível que essas coisas sejam justas e também o não ser injusto nem padecer injustiça. Mas é necessário que ou apenas uma dessas possibilidades seja justa ou que ambas sejam injustas. E parece também que o processar, o julgar, o arbitrar, como quer que se os leve a cabo, não são coisas justas, pois a uns beneficia e a outros prejudica. Com isso os beneficiados não padecem injustiça, ao passo que os prejudicados padecem. (As duas últimas linhas não são reconstituíveis).

[frag. B versão BDC:] (...) as leis (...)

44(d) Oxirrhynchus Papyri III 414 [B.44 III U]

[Coluna 1] ... do homem ou se deve considerá-la (a música?) danosa. Um jovem deveria ocupar-se o mínimo com algo que tal. Acerca dos poetas, a opinião que tenho vou dizer, pois de muitos

ouvi como é útil conviver com os poemas que os antigos legaram. Daí, pois, ser também uma utilidade...

[Coluna II] [Homero fala] acerca das coisa belas e das coisas feias, das justas e das injustas, acerca das coisas divinas e das que se passam no *hades*, acerca da estirpe dos homens e dos lamentos fúnebres. Parece conveniente, [pois, a todos os homens imitar exatamente isso]... [Coluna III] não conhecendo previamente algo acerca dos homens de outrora, convém escutar o poeta e me parece que um poeta pode torna-se melhor por causa de outro poeta. Um varão....⁴⁸

Pendrick propõe a mesma ordem que Bellintani seguiu, contudo, exclui o Fragmento 44 (d), por questionar sua inserção na obra contínua do *Acerca da Verdade*. Na tradução de Pendrick a reprodução dos papiros aparecem incluindo as lacunas e letras esparsas perdidas com a deterioração do papiro, na qual ele as sinaliza com o sinal". . .", ao contrario de Bellintani que evidencia as falhas em parêntesis explicativos. A obra de Pendrick é um verdadeiro tratado sobre a obra de Antifonte, *O Sofista*, segundo Pendrick que como já explicitado, exclui as tetralogias do corpo das obras de Antifonte. A análise semântica do trecho *Acerca da Verdade* é feita em capítulo diverso da tradução realizada com bastante propriedade, a qual assim segue;

F 44 (a)... justice, then; is not to transgress the laws of whatever city one lives in. Now a man would make use of justice in a way most advantageous to himself if he were to regard the laws as great in the presence of witnesses, but nature as great when deprived of witnesses. For the laws are imposed, whereas nature is necessary; and the laws are not born but agreed upon, whereas nature is not agreed upon but born. When a man transgresses the laws, then, he is free from shame and punishment if he escapes the notice of those who agreed on them; but if he does not, he is not. If, on the other hand, he tries to do violence beyond what is possible to any of the things born with nature, the harm is no less if he escapes the notice of all men; and no greater if all see him. For he is harmed not through opinion but through reality.

The examination is being conducted for this reason: because the majority of what is just according to law and convention is hostile to nature. For laws have been established over the eyes, as to what

⁴⁸ ANTIFONTE. Testemunhos, fragmentos, discursos. Prefácio e Tradução de BELLINTANI, Luís Felipe. Edições Loyola, São Paulo, 2008. p. 73-81

they must and must not see; and over the ears, as to what they must and must not hear; and over the tongue, as to what it must and must not say; and over the hands; as to what they must and must not do; and over the feet, as to what they must and must not go after; and over the mind; as to what it must and must not desire. Now, the things from which the laws try to dissuade people are no more friendly or akin to nature than the things to which they encourage them. Living and dying belong to nature; and living comes to nature from what is advantageous; dying from what is not. As for advantages, those established by the laws are chains on nature, whereas those established by nature are free. Things that cause pain, at any rate, do not, in truth, benefit nature more than things that give pleasure; things that cause pain, then, are not more advantageous, either, than things that give pleasure.

For things that are truly advantageous must not harm but help. Now, things which are advantageous to nature ... and those who take vengeance after suffering and do not themselves initiate the violence; and those who treat their parents well even when these have been bad to them; and those who tender an oath to others but do not swear one themselves. One would find that many of the things mentioned are hostile to nature, for there is present in them more pain, when less is possible; less pleasure, when more is possible; and suffering, when it is possible not to suffer.

Now, if there were some help from the laws for those who submit to such things, and loss for those who do not submit but resist, obeying the laws might not be unprofitable. But as it is, justice in accordance with the law is manifestly incapable of coming to the aid of those- who submit to such things. First, it allows the sufferer to suffer and the perpetrator to act. And just as it fails (as we saw) at the time to prevent the sufferer from suffering and the perpetrator from acting, so also when it is referred to for the purpose of punishment, it is no more peculiarly in the power of the sufferer than of the perpetrator. For . . . that he suffered . . . and it is left to the perpetrator to deny these things. . .

F44 (b) . . . [the laws of those near by] we know and observe, the laws of those who live far off we neither know nor observe. Now in this we have become barbarians in one another's eyes; for by birth, at least, we are all naturally adapted in every respect to be either Greeks or barbarians. It is possible to examine . . . things by nature necessary for all human beings . . . none of us has been marked off as either barbarian or Greek. For we all breathe into the air by our mouth and nostrils; we laugh when we are happy and cry when we are sad; we take in sounds with our sense of hearing; we see with our sight with the aid of the visual ray; we work with our hands; we walk with our feet . . .

F44(c) . . . bearing true witness for one another is regarded as just and no less as useful for human pursuits. Now, whoever does this will not be just, if it is just to wrong no one and not be wronged oneself. For one who bears witness, even if his testimony is true, must nevertheless somehow wrong another . . . and be wronged himself . . . inasmuch as the one testified against is convicted because of the testimony given by him, and loses either his money or his life because of this man to whom he does no wrong. Now in this

he wrongs the one testified against; in that he harms one who is not wronging him; and he is himself wronged by the one testified against, in that he is hated by him for bearing true witness.

And he is wronged not only by the enmity, but also because he must guard himself his whole life long against this man whom he testified against, since this is the sort of enemy who would do him any harm he could in word or deed. Yet it is obvious that these are no small wrongs, neither those he suffers nor those he commits. These wrongs, and the principle of wronging no one and not being wronged oneself, cannot both be just: it is necessary either that one of them be just [*se.* and the other unjust], or that both be unjust. It is obvious as well that judging, and deciding; and arbitrating are not just, however they are accomplished. For what benefits some harms others; and in this, those who are benefited are not wronged, but those who are harmed are . . . ⁴⁹

⁴⁹ PENDRICK, Gerard (edited with introduction, translation and commentary). *Antiphon, of Athens. The Fragments / Antiphon the Sophist*. Cambridge: Cambridge classical texts and commentaries 39, 2002. p. 159-191

2.3 Repercussões e Implicações

As relações entre estes sujeitos, entre os cidadãos também é o ponto de partida do discurso, como já apontado e justificado na *Introdução a Problemática*, objetivo de análise deste capítulo. Assim, aponta Barbara Cassin, sobre a relevância do *Acerca da Verdade*, como prefere intitular Bellintani. Repetindo e ratificando a metodologia “invertida” aludida na *Introdução*, vislumbra Barbara Cassin uma análise contemporânea da questão até o seu contexto fático inicial;

Por outro lado, seu *Sobre a Verdade*, que certos fragmentos, recentemente descobertos, obrigam a repensar, constitui o mais longo texto autêntico que chegou até nós sobre a política de um sofista. Objeto de interpretações proliferantes (a propósito desses textos, falou-se de Hobbes, Rousseau, Kant, Sade), ele instaura, sem dúvida pela primeira vez, a oposição entre natureza e lei, reempregada em seguida, com valorizações contraditórias, por Sócrates e pelo Cálicles do *Górgias*, de Platão, ou pelo Trasímaco da *República*. Elas aí se distinguem não por sua idéia, mas por seu uso, sua utilização, sua utilidade, e, em particular, pelas conseqüências acarretadas por sua transgressão. A transgressão da necessidade natural produz um dano “segundo a verdade” (*di'aletheian*, fr. B, col. II e III): como testemunhado pela etimologização, não se poderia “escapar” (*lathei*, de *lanthano*, “estar escondido”, *ibid.*, col. II) à natureza, de tal modo que o castigo sempre ocorre. Ao contrário, a transgressão de uma regra convencional só produz efeito “segundo a opinião”, logo radicalmente diferente quando se opera sob o olhar do público ou no secreto do privado. Com esse secreto se opera evidentemente um retorno ao natural, mas a natureza não tem, então, mais nada de primeiro: é uma simples saída – que Antífonte descreve com acentos às vezes sádeanos – do imperialismo dessa legalidade que pretende coagir até mesmo os nossos sentidos e prescrever, por exemplo, aos olhos “o que devem ver e o que não devem ver” (*ibid.*, col. II e III). Ora, essas mesmas leis que definem a cidade em que se vive são “o resultado de um acordo” ou “de um consenso” (*homologetenta*, *ibid.*, col. I e II): esse é o papel da *homonoia*, em toda sua força de novidade e de ruptura em relação à ordem natural. Antífonte chega a inventar um neologismo para dizer que, de saída, o homem não é mais ser de natureza, mas ser de cultura: “cidadaniza-se” (*politeuetaitis*, *ibid.* col. I), dito de outro modo, está no “existe” o âmbito político. Por conseguinte, o homem-cidadão está, de saída, confrontando às leis, embora possa ter interesse, mais uma vez, em entrar o menos possível em atrito com elas, sobretudo se são impotentes para defendê-lo do encadeamento das violências. Reencontra-se assim, de uma maneira que autoriza a crítica da lei após a constatação maciça de sua efetividade, essa substituição do físico pelo político característica da sofística, e a definição da legalidade política como

partilha, acordo, e até mesmo – é o sentido próprio de *homologia* – acordo discursivo.⁵⁰

Cassin aponta como a repercussão deste fragmento é impressionante e vasta, mas não corroborado apenas pelos recentes longos trechos descobertos, mas pelo elaborado conteúdo abordado. Pensar na inserção dele na perspectiva contratualista é um primeiro passo, mas como sendo um contratualismo nada usual e não o teoricamente explícito e “assinado” como o estereotipado da Filosofia Inglesa do século XV. O que Cassin aponta como um acordo discursivo merece muita atenção, envolve questões muito sutis da maneira de como esse acordo acontece mediante o consenso (*homonoia*) da vida em sociedade e no cotidiano desta sociedade. A temática da sedução e do engano geralmente atribuída ao senso comum sofístico tem grande importância na temática do consenso e na formação deste ante as possibilidades de liberdade ante as relações de poder dos novos cidadão, por vezes educados e críticos, por vezes meramente aristocratas inertes ou bastante incomodados, como apontado no subtítulo *A Sofística como Educação*.

Diversas considerações foram feitas e apropriadas deste discurso praticamente basilar, como apontou Cassin, ou discurso “precursor” como apontou Gargarin. O fundamental papel do acordo na formação das cidades, como esse consenso se dá através da sofística, o papel da própria retórica inserida no discurso, e o almejar algum consenso na heterogeneidade de uma sociedade. Ante a infeliz escassez de documentos legados, usual problemática no estudo da antiguidade e contínua desculpa deste trabalho, a conclusão que é válida ressaltar é ao menos poder um pouco inquirir a preocupação de Antifonte com este tema de tamanha relevância, indício que aponta a consistência de um pensamento crítico e abrangente em torno da cidade a partir de uma perspectiva do como das “micro” relações dos homens-cidadãos poderem influenciar no conjunto maior da Cidade.

Com todo o desenhado, principalmente na tentativa elaborada em *A Sofística e Educação*, Atenas não foi um mero projeto bem sucedido de grandes Estadistas. O poder nesta cidade não estava simplesmente verticalizado, mas há uma horizontalização deste poder, destas escolhas e inclusive de culpas e fracassos, como parte do princípio de uma real democracia, como meio para uma

⁵⁰ CASSIN, Barbara. O Efeito Sofístico. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 70

cidade-Estado atingir seus objetivos. Afinal, estes objetivos eram teoricamente relativos a todos, e não tão indiretos ou distantemente proporcionais. Cassin, assim intui;

Os retalhos do *Peri homonoias*, *Sobre o consenso* (sobre a *concordia*, sobre o acordo, como se queira) atribuídos a Antifonte são por demais fragmentários para nos permitir avançar muito: eles nos levam, freqüentemente na forma de provérbio ou de fábula (a do avarento, por exemplo, ver *supra*), a considerar o tempo e o uso na efetividade das condutas, mas o termo *homonoia* só aparece para nós no título.⁵¹

Da questão do consenso entre cidadãos e através das leis estabelecidas, Antifonte apresenta a questão da congruência da *nomos* com a *physis*. Contudo, ao mesmo tempo parece em sua obra, que não há sempre uma congruência entre *nomos* e *physis*, e que a incongruência entre ambos acontece devido tanto a cultura desenvolvida⁵² como ao consenso social. Inclusive, este *nomos* incongruente só seria necessário quando e perante esta sociedade, quando distante das aludidas testemunha por Antifonte em F44 (a), testemunhas que, entretanto, eram ao mesmo tempo cúmplices enquanto isoladas e confrontadas pessoalmente com tais inconsistências. Gargarin sublinha este aspecto da seguinte maneira;

A primeira certa ocorrência de *nomos* vem no início do 44B, onde Antifonte conclui que a justiça é a aderência às leis da própria cidade. Nós não sabemos o que o levou a esta conclusão, ou se é o seu próprio ponto de vista, mas a partir desta definição, ele passa a concluir, logicamente, que o uso mais vantajoso que se poderia fazer da justiça que seria como tratar as leis como importantes na presença de testemunhas, mas de valorizar "os requisitos da *physis*" na ausência de testemunhas. Ele explica que os requisitos das leis são complementares e por acordo, uma violação não traz nenhuma pena, ao menos que alguém veja, e nesse caso a punição é em parte vergonhosa, pois é uma questão de opinião, não de verdade. Em outras palavras, violar a *nomos* pode trazer desvantagens, ainda que estas sejam, em parte (mas só em parte) apenas as opiniões dos outros que poderiam teoricamente ser ignoradas.⁵³

⁵¹ CASSIN, Barbara. O Efeito Sofístico. São Paulo: Editora 34, 2005. 70

⁵² Sem qualquer ideia de progresso cultural ou evolução cultural.

⁵³ p. 72. Orig.: The first certain occurrence of *nomos* comes at the beginning of 44B, where Antiphon concludes that justice is adherence to the laws of one's city. We do not know what led him to this conclusion, or whether it is his own view, but from this definition he proceeds to conclude, logically,

Logo no início do fragmento 44 (b) as desvantagens da *nomos* são apresentadas, fazendo Gargarin imputar a Antifonte como autor de uma contundente crítica a ineficácia da justiça, pois não haveria nenhuma vantagem em obedecer as “presentes” leis, fato que alude a necessária reforma destas leis constada no subtítulo *Antifonte e os Sofistas*. Retrocedendo um pouco na leitura de Gargarin, nota-se;

Antifonte começa B5 com três exemplos de comportamento que, evidentemente, estão de acordo com a *nomos* que em muitos casos é "hostil à natureza": não agir primeiro para evitar um ataque, tratando bem os pais, e deixando o adversário fazer um juramento. Cada um envolve mais dor e menos prazer do que o necessário. Tal conduta, como vimos anteriormente (B2), não é regulada pela *physis*, mas as regras são impostas pela *physis* a *nomos*, que é descrita como "hostil a *physis*". Em outras palavras, *nomos* adiciona limitações em matéria em que *physis* é indiferente, restrições que, nestes casos, são desvantajosas.

Isto é tudo que o papiro diz sobre o domínio da *physis*, que Antifonte tem descrito como o domínio de elementos físicos e constrangimentos que afetam todos os seres humanos igualmente. *Physis* não regula, e na verdade é indiferente para, outros aspectos da conduta humana. Daí se pode inferir que talvez deveríamos tratar os outros mais como nós, em vez de privilégio diferenciados entre, digamos, gregos e bárbaros, que são causados devido ao *nomos*, mas não podemos inferir a obrigação, por exemplo, para tratar parentes bem ou mal. A *physis*, em outras palavras, é o básico - talvez o original - condição humana, à qual se aplica a *nomos* e suas restrições. A natureza dessas restrições e as vantagens e desvantagens que eles trazem, que compõem o domínio da *nomos*, para o qual nos voltamos agora.⁵⁴

that the most advantageous use one could make of justice would be to treat the laws as important in the presence of witnesses but to value "the requirements of *physis*" in the absence of witnesses. He explains that the requirements of the laws are supplemental and by agreement; a violation brings no punishment unless someone else sees it, and in that case the punishment is in part shame, which is a matter of opinion, not truth. In other words, violating *nomos* can bring disadvantages, though these are in part (but only in part) only the opinions of others and could theoretically be ignored

⁵⁴ Antiphon begins B5 with three examples of behavior that evidently accords with *nomos* but in many cases is "hostile to nature": not acting first to forestall an attack, treating parents well, and letting an opponent swear an oath. Each involves more pain and less pleasure than is necessary. Such conduct, as we saw earlier (B2), is not regulated by *physis*, but rules are imposed on *physis* by *nomos*, which is described as "hostile to *physis*". In other words, *nomos* adds constraints in matters to which *physis* is indifferent, constraints that in these cases are disadvantageous.

This is all that the papyrus says about the realm of *physis*, which Antiphon has described as the realm of physical elements and constraints affecting all humans alike. *Physis* does not regulate, and indeed is indifferent to, other aspects of human conduct. From this one can perhaps infer that we should treat others more like ourselves rather than privilege differences between, say, Greeks and barbarians, which are caused by *nomos*, but we cannot infer an obligation, say, to treat parents well or

Qual seria então a vantagem em deixar ser atacado e não reagir a qualquer tipo de agressão, alude Antifonte como exemplo de consonância com a *nomos* e total dissonância com a *physis*. A crítica não se limita a tal dissonância, mas também as desvantagens de um julgamento em que tanto o agressor, quanto a vítima estão em “pé de igualdade” com a justiça e logo a vítima estaria teoricamente em desvantagem ao agressor, sendo um ponto de tensão no fragmento 44 (a) que a reparação dos danos sofridos é necessariamente posterior e não impede a agressão e implica em prejuízos para o sistema judiciário e para as próprias testemunhas que de alheios as relações sofridas, passam necessariamente a prejudicar alguém como será melhor delimitado a seguir.

No fragmento 44 (c) outras duas questões são introduzidas a problemática, reduzindo e criticando ainda mais as possibilidades reparadoras da justiça. Primeiro, é uma crítica aos fundamentos e legitimidade da própria justiça e depois das implicações da interveniência desta neste conflito aparentemente “alheio” a ela e que necessariamente causará danos a alguma das partes. Este raciocínio Antifonte também aplica as testemunhas alheias ao caso em questão e que nenhum mal sofreram do “agressor” mas com seu testemunho, certamente irão gerar mal a este o qual provavelmente se ressentirá deste testemunho e assim perpetuará um círculo de injustiças recíprocas cada vez mais na medida em que as interveniências aumentam, lembrando que também haviam as famílias e círculos de amigos de cada um dos sujeitos desta relação conflituosa. Acrescenta Gargarin os seguintes aspectos referentes ao anterior questionamento;

Moralidade tradicional grega que foi baseada em grande parte, nas relações pessoais e familiares: o tratamento de alguém dependia de seu relacionamento com essa pessoa, o que foi determinado por suas relações passadas com este e pelas relações entre as famílias e amigos das duas partes. Um sistema legal, por outro lado, impõe um conjunto de regras que se aplicam de forma impessoal: "se alguém X fazer ou praticar algo a alguém." Mas, por mais impessoal e abstrato as regras possam ser, considerações pessoais claramente afetaram no funcionamento real da lei Ateniense. Litigantes comumente descrevem a história das suas relações com o seu adversário (e sua família e amigos) em um esforço para mostrar que qualquer mal que possa ter sido feito o seu adversário foi o resultado de um julgamento errado que eles sofreram e que seu adversário tem repetidamente injustiçado eles

badly. *Physis*, in other words, is the basic – perhaps the original – human condition, to which *nomos* applies restrictions. The nature of these restrictions and the advantages and disadvantages they bring make up the realm of *nomos*, to which we now.

sem qualquer provocação. Testemunhas, além disso, muitas vezes eram amigos ou parentes do litigante a quem se testemunhou. Os atenienses tinham como certo que as relações pessoais tinham um papel adequado no processo legal. Mesmo assim, no tempo Antifonte, o sistema legal pode ter sido visto como uma instituição relativamente recente, que de alguma forma impingida desses padrões mais tradicionais de conduta pessoal. Um conflito deste tipo mesmo entre a justiça institucional e pessoal é dramatizada por Sófocles em *Antígona*, as análises de Antifonte e Sófocles podem ter terminado sem mais indicações de uma solução para o conflito do que a exposta na dramatização⁵⁵

Parece Antifonte culminar em típica aporia e explícito impasse, de fato não há respostas no corpo do fragmento para a solução das vantagens e desvantagens de seguir a justiça e da própria possibilidade da justiça ser justa. Contudo, a questão da vantagem e das desvantagens ao sujeito entre o “jogo” *nomos* e *physis* talvez possa contribuir um pouco para este dilema aparente. Gargarin apresenta esta como uma questão secundária, mas não nega que estão inseridas uma na outra, com o tratado no início do fragmentos . Aborda que Antifonte busca primeiramente a *nomos*, a *physis* e a justiça. Contudo, conclui Michael Gargarin e faz algumas inferências sobre uma apatia da *physis* e da própria *nomos* ante vantagens e desvantagens, na seguinte passagem;

Assim como a vantagem não é um padrão fundamental para indicar a *physis*, não o é o prazer, pois "as coisas que causam dor" não são mais vantajosas para *physis* que "as coisas que causam alegria" (B4). Além disso, o prazer e a dor são igualmente vantajosos: "As coisas que causam sofrimento não seriam mais vantajosas do que as coisas que causam prazer, por as coisas que são, na verdade realmente vantajosas não devem prejudicar mas do que beneficiar" (B4.14-22.). Isto parece implicar que as eventuais

⁵⁵GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 77-78 Orig.: Traditional Greek morality was based in large part on personal and family relationships: your treatment of someone depended on your relationship with that person, which was determined by your past dealings with him and by relations between the families and friends of the two parties. A legal system, on the other hand, enforces a set of rules that apply impersonally: "if someone (*tis*) does X to someone." But however impersonal and abstract the rules might be, personal considerations clearly affected the actual operation of Athenian law. Litigants commonly recite the history of their relations with their opponent (and his family and friends) in an effort to show that any wrong they may have done their opponent was the result of wrong that they have suffered and that their opponent has repeatedly wronged them without any provocation. Witnesses, moreover, were often friends or relatives of the litigant for whom they testified. The Athenians took for granted that personal relations had a proper role in the legal process. Even so, in Antiphon's time, the legal system may have been seen as a relatively recent institution that in some ways impinged on these more traditional standards of personal conduct. A conflict of this same sort between institutional and personal justice is dramatized in Sophocles' *Antigone*, and Antiphon's analysis may have ended with no more indication of a solution to the conflict than does Sophocles' dramatization

restrições dolorosas que a *nomos* pode impor não são mais úteis à natureza e, portanto, não mais vantajosa do que qualquer prazer que poderia trazer. Assim, os dois valores, prazer e proveito parecem ser independentes uns dos outros e da *nomos* e *physis*, Leis podem trazer prazer ou dor, vantagens ou desvantagens, mas as consequências para a natureza não são previsíveis.⁵⁶

Mas ante a seguinte passagem do fragmento 44(a), notam-se certamente coisas não convenientes a *physis*, portanto, não vantajosas de maneira alguma a esta e que por vezes já em Atenas pessoas eram executas. Logo, mais do que grilhões, a *nomos* contava com artifícios de silêncio eterno, portanto nunca conveniente a natureza e vantajoso;

Por outro lado, o viver e o morrer são da natureza e, para eles, o viver é uma das coisas convenientes e o morrer uma das não-convenientes. [Coluna 4= 100-131 H)] As coisas convenientes fixadas pelas leis, por seu turno, são grilhões da natureza, as fixadas pela natureza, livres.⁵⁷

Sendo que depois o próprio Gargarin ao analisar a perspectiva de linguagem que Antifonte teria, conclui;

A primeira indicação de que a concepção de linguagem de Antifonte não é simples, vem em suas observações entre grego e bárbaro (A2): "Temos, assim, nos tornados bárbaro para o outro, quando, por natureza, todos nós nascemos em todos os aspectos igualmente capazes de sermos tanto bárbaros como gregos". Podemos examinar os atributos da natureza que são necessários em todos os seres humanos e são fornecidos a todos em mesmo grau, e, nestes aspectos, nenhum de nós é distinguido como bárbaro ou grego. Pela máxima de Antifonte, "Grego" e "bárbaro" foram firmemente enraizados no pensamento ateniense carregados de valores, categorias mutuamente excludentes da linguagem e realidade. Porém, Antifonte observa que em algum nível de realidade, que é a nossa composição fisiológica, ninguém é grego ou bárbaro, pois somos todos iguais na *physis*. Gregos criaram esta dualidade pela *nomos*, e assim eles se tornaram bárbaros. Em outras palavras, criando na língua e na realidade uma dualidade, grego/bárbaro, fora de uma unidade inicial, os gregos também reafirmaram a própria unidade, para os gregos que agora são

⁵⁶ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 79. Just as advantage is not a standard grounded in *physis*, neither is pleasure, for "things that cause pain" are not more beneficial to *physis* than "things that cause joy" (B4). Moreover, pleasure and pain are equally advantageous: "Things that cause grief would not be more advantageous than things that cause pleasure; for things that are in truth advantageous must not harm but benefit" (B4.14-22.). This seems to imply that any painful restrictions *nomos* might impose are no more helpful to nature and thus no more advantageous than any pleasure it might bring. Thus the two values, pleasure and advantage, seem to be independent of each other and of *nomos* and *physis*, Laws may bring pleasure or pain, advantages or disadvantages, but the consequences for nature are not predictable

⁵⁷ ANTIFONTE. Testemunhos, fragmentos, discursos. Prefácio e Tradução de BELLINTANI, Luís Felipe. Edições Loyola, São Paulo, 2008. p. 73

bárbaros. Assim, a linguagem corresponde à realidade, mas não de maneira direta, uma vez que "bárbaro" pode verdadeiramente designar a unidade de todas as pessoas (todos nós somos bárbaros), bem como metade da polaridade, bárbaro contra o grego.⁵⁸

Ponto este que remete ao início da discussão e das implicações entre a ilusão de imediatos objetivos do discurso e da *nomos*, aonde há uma dualidade em ambos, artificiais ou não. Só quando não ignoradas, que nos possibilitam fugir e evidenciar certas gregas barbaridades, seja a barbaridade no processo tanto de se tornar grego e na própria "gregaridade" de renegar o bárbaro. Neste ponto Antifonte trouxe a interessante questão igualitária, não acachapando todos em utópicas igualdades, mas questionando a *nomos* que ignora por completo o homem, que cega o homem com tampões gregos que não permitem enxergar ao próximo, que tão distante se tornou por não transvestido estar, como bem se pode vislumbrar, principalmente na primeira parte do fragmento transcrito no subtítulo anterior.

⁵⁸ GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002. p. 86. Orig.: The first indication that for Antiphon language is not simple comes in his remarks on Greek and barbarian (A2): "We have thereby become barbarian toward each other, when by nature we are all born in all respects equally capable of being both barbarians and Greeks. We can examine those attributes of nature that are necessary in all humans and are provided to all to the same degree, and in these respects none of us is distinguished as barbarian or Greek." By Antiphon's day, "Greek" and "barbarian" were firmly engrained in Athenian thought as value-laden, mutually exclusive categories of language and reality. But Antiphon observes that at some level of reality, which is our physiological composition, no one is Greek or barbarian, for we are all the same in *physís*. Greeks have created this duality by *nomos*, and in so doing they have become barbarian. In other words, by creating in both language and reality a duality, Greek/barbarian, out of an original unity, Greeks have also reaffirmed that unity, for Greeks are now barbarians. Thus language corresponds to reality, but not in any straightforward way, since "barbarian" can truthfully designate the unity of all people (we are all barbarians), as well as one half of the polarity, Greek versus barbarian.

Conclusão

A questão do igualitarismo é posta como ponto final desta monografia, pois foi também o início da discussão na inserção da sofística e dos bárbaros estrangeiros, como apontando na *A Sofística como Antiguidade*. Discussão esta, que também se insere integralmente na questão entre *physis* e *nomos*. Sendo questão muita cara a Antifonte, que evidenciou esta situação alarmante e contraditória, mesmo sem sofrer qualquer discriminação, vislumbrou a incoerência desta postura para a Democracia e os perigos enquanto apropriado com certos tampões referidos nesta monografia.

Pensar em fronteiras não deveria significar pensar em barreiras, efeito tão antigo quanto contemporâneo, que parece esquecer das multiplicidades, das pluralidades. Lembrar apenas do produto final e esquecer do constituinte e constitutivo deste resultado acabado, como apontado também na *Sofística como Antiguidade* não pode ser tido como usual. Fronteiras e barreiras que não aparentam estar apenas entre então cidades-estados, mas ao redor de cada cidadão. Barreiras estas que podem ser ultrapassadas, que devem ser ultrapassadas com a uma efetiva educação, por mais clichê que tal constatação possa parecer continua sendo ignorada e secundarizada.

A ampla difusão desta proposta nada homogênea, tão necessária a democracia, é na Sofística, ou melhor, na atitude sofística, como apresentado em *A Sofística e a Educação*, subtítulo no qual se pôde ver indícios e constatações de diversas perspectivas para não só pensá-la e construí-la, mas de fato implementá-la e principalmente propaga-la. Somente uma situação econômica favorável, condições físicas e materiais não satisfazem o ideal democrático, pressupostos intelectuais como bem constatou Sólon são estritamente necessários na persecução deste audacioso projeto.

Não apenas jogando este poder saber nas ruas, mas disseminando-o como parte dos sujeitos que só assim poderão se tornar cidadãos, futuros arquitetos da *nomos*, como pareceu tentar modelar Antifonte com uma proposta não resolutiva mas severamente crítica, como em parte exposta no fragmento *Acerca da Verdade*. Demonstrando apenas um esboço desta proposta de sujeito sendo que o verdadeiro esculpir depende da singularidade consciente deste sujeito, portando cada vez mais ferramentas, sendo estas cada vez mais diversas.

Como apresentado em *Antifonte e os Sofistas*, não há e não pode haver qualquer radical proposta definitiva. Na inexistência dessa panaceia da formação social, o grande exercício e o grande desafio está nesta constante tentativa de tornar esta arquitetura do sujeito em arte, sendo cada um seu próprio artista, tendo cada um suas já aludidas ferramentas. Relembrado o escrito em *Dourada Atenas do V Século*, os acertos e os erros são inerentes apenas aos que tentam, quanto mais acuradas estas ferramentas, menos erros teremos.

Por mais acanhado que certos aspectos da sofística tenham sido apresentados, a proposta de uma panorama de estudo foi mantida. Contudo, jamais finalizada, sendo esta horizontalidade apenas o início e a base de uma busca vertical devidamente contextualizada.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Principal

ANTIFONTE. *Testemunhos, fragmentos, discursos*. Edição e Tradução: Luis Felipe Bellintani Ribeiro. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

BASTIANINI, G – DECLEVA-CAZZI, F. *Corpus Dei Papiri filosofici greci e latini* (Parte I, Vol. I). Firenze: 1989.

DIÔGENES LAÉRTIOS: *Vida e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Tradução: Mário da Gama Kury, Brasília, Editora Universidade de Brasília. 1988.

DIELS-KRANZ. *Die Fragmente der Vorsokratiker*, volume I. Berlin, 1952.

GAGARIN, Michael. *Antiphon the Athenian: oratory, law, and justice in the age of the Sophists*. Austin: University of Texas Press, 2002.

_____. *Antiphon, The Speeches*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PENDRICK, Gerard. *The Fragments / Antiphon the Sophist*. Classical texts and commentaries 39. Cambridge: Cambridge Press, 2002.

TUCIDEDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Ed. UnB, Brasília, 1987.

Bibliografia Secundária

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CASSIN, Barbara. *O Efeito Sofístico*. São Paulo: Editora 34, 2005.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo, Loyola, 1999.

GRAÇA, José Augusto. *Antifonte. Sobre uma biografia impossível*. Porto: *Revista da Faculdade de Letras, Série de Filosofia*, nºs. 5-6, 1988-89, pp. 223-235.

_____. *Antifonte e o Movimento Sofista*. Porto: *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, nº 11, 1994, pp. 237-340.

GUTHRIE, W.K.C. *Os Sofistas*. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paullus, 1995.

KERFERD, G. B. *O Movimento Sofista*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *Historia da Sexualidade Vol. III : o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

MORRISON, J.S. "Antiphon", *Proceedings of the Cambridge Philological Society* 187, 1961, pp. 49-58.

ROMEYER-DHERBEY, Gilbert. *Os Sofistas*. Tradução de João Amado. Lisboa: Edições 70, 1986.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*; Volume I, II Tradução: Marcelo Perine, São Paulo, editora Loyola, 2ª edição (revista e corrigida), 1993.

_____. *Historia da Filosofia Grega e Romana. Sofistas, Sócrates e Socráticos Menores*. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: editora Loyola, 2ª edição (revista e corrigida), 2009.